DESDE 1932
EDIÇÃO 25.088

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador: José Costa
Presidente: Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, sábado, 25, a segunda-feira, 27 de maio de 2024 | R$ 3,50

Comércio varejista precisa se adaptar às mudanças climáticas

Predominância de dias mais quentes no ano obriga setores como o vestuário a rever o planejamento

As mudanças climáticas desafiam a indústria e o comércio varejista. A predominância de dias mais quentes ao longo do ano, com ondas de calor e pouco frio, obrigam os empresários, principalmente do segmento de vestuário, a adaptarem ao cenário de temperaturas mais elevadas.

O professor de economia do Ibmec BH, Luiz Carlos Gama, ressalta que as roupas de inverno têm um maior valor agregado e são destinadas a presentes em datas comemorativas, como o Dia dos Namorados. Porém, o prolongamento do clima mais quente pode derrubar o valor médio das peças.

Na avaliação da economista da CDL-BH, Ana Paula Bastos, os comerciantes deverão recorrer a promoções e novas formas de divulgação dos produtos, como as redes sociais, para atrair os consumidores. "Quem fez um estoque maior do que a demanda vai ter prejuízo", afirma a especialista. **Pág. 3**

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO-CARVALHO

Com dias cada vez menos frios, os lojistas, principalmente de roupas, necessitam de resiliência para formar os estoques

EDITORIAL

O Estado brasileiro começou a nascer em 1808, quando D. João VI, fugido de Portugal, transferiu a corte para o Rio de Janeiro. D. João mandou desocupar as melhores habitações, tomando-as para seu uso e dos seus próximos. Uma demonstração de poder e de força que de alguma forma foi perpetuada, ainda se faz presente nas grandes e nas pequenas coisas, com o Estado e seus agentes apartados do conjunto da população como se fosse um estamento à parte e superior. O Império se foi, a República tomou forma, mas nem tudo mudou como esperado e desejado. Por hábito, o Estado costuma ser hostil nas grandes e nas pequenas coisas, coloca-se acima tudo e de todos e assim produz tiranos de todos os tamanhos. **Pág. 2**

Construção civil tem apagão de mão de obra

O principal problema da construção civil tornou-se o apagão de mão de obra. O presidente do Sinduscon-MG, Renato Ferreira Machado Michel, alerta que o setor precisará investir na capacitação e treinamento de jovens para atender à carência de profissionais no mercado de trabalho. Segundo a entidade, de janeiro a março, dos 13,3 mil contratados pelo setor em Minas, 29% estão na faixa de 18 a 24 anos. Para 28,2% dos empresários de todo o País, a maior preocupação é a falta ou o elevado custo do trabalhador qualificado. **Pág. 6**

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

A falta de profissional qualificado afeta a construção

Crise ambiental exige articulação nacional

A catástrofe provocada pelas enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul levantou o questionamento sobre como os Planos de Ação Climática (Plac) são criados, executados e monitorados. A presidente do DIÁRIO DO COMÉRCIO, Adriana Muls, propõe a elaboração de um projeto nacional em articulação com estados e municípios para enfrentar as mudanças climáticas, com a criação de instrumentos econômicos, financeiros e socioambientais que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura ao cenário ambiental. **Pág. 9**

Agronegócio registra recorde de exportação

As exportações mineiras do agronegócio bateram o recorde no primeiro quadrimestre, chegando a US$ 5 bilhões, um crescimento de 13% frente ao mesmo período de 2023. A alta foi impulsionada pela valorização do café. De janeiro a abril, as vendas externas de café movimentaram R$ 2,27 bilhões, uma expansão de 31,7%, e responderam por 45,4% do total exportado pelo setor agropecuário do Estado. **Pág. 8**

REUTERS / OSWALDO RIVAS

O café impulsionou a alta nas exportações mineiras

Aero Engenharia fatura com combate à dengue

A Aero Engenharia desenvolveu o Techdengue, produto que auxilia prefeituras no controle e combate ao mosquito Aedes aegypti, responsável pela transmissão da dengue, zika e chikungunya. Com a demanda aquecida, a estimativa é fechar o ano com crescimento de 60% no faturamento. A ferramenta já representa 48% da receita da empresa, que usa drones para o monitoramento do Aedes aegypti. **Pág. 11**

DIVULGAÇÃO / AERO ENGENHARIA

A Aero Engenharia usa drones para monitoramento

Confiança de pequenos negócios recua em MG

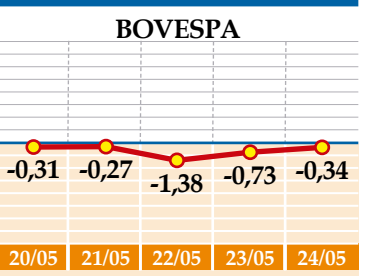
Em Minas Gerais, o Índice Sebrae de Confiança dos Pequenos Negócios (Iscon) registrou 111 pontos no mês passado. Frente a março, o indicador caiu quatro pontos. Entretanto, em relação a abril de 2023, houve alta de sete pontos. A analista da Unidade de Inteligência Estratégica do Sebrae Minas, Tábata Moreira, avalia o recuo como sazonal, já que não há nenhum fator macroeconômico relevante que justifique a queda. **Pág. 5**

ARTIGOS

Dólar - dia 24		
Comercial	Compra: R$ 5,1670	Venda: R$ 5,1670
Turismo	Compra: R$ 5,1850	Venda: R$ 5,3650
Ptax (BC)	Compra: R$ 5,1502	Venda: R$ 5,1508

Euro - dia 24	
Compra: R$ 5,5875	Venda: R$ 5,5902

Ouro - dia 24	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.334,20
BM&F (g):	R$ 386,65

Indicador	Valor
TR (dia 27)	0,0088%
Poupança (dia 27)	0,5088%
IPCA-IBGE (Abril)	0,38%
IPCA-Ipead (Abril)	0,24%
IGP-M (Abril)	0,31%

Clamor universal pela paz

CESAR VANUCCI *

“Que haja paz para que o diálogo entre eles seja fortalecido e dê bons frutos.” (Papa Francisco, a respeito do conflito em Gaza).

Amarga realidade: tudo como dantes no quartel de Abrantes. Os conflitos – dir-se-ão tribais - congestionam este nosso maltratado planeta. A soma deles, diz a ONU, passa de centena e meia. A voraz indústria de armas esfrega as mãos de contentamento. Dividendos polpudos engordam as contas dos acionistas. Os “senhores da guerra” mantêm-se imperturbáveis e inflexíveis aos clamores da humanidade. Gaza e Ucrânia, pra ficar apenas em duas citações, continuam sendo referências brutais do instinto selvagem que se apoderou, em tantos rincões, de mentes e corações, despossuídos de humanismo.

No Vaticano, a voz, sempre lúcida e serena do sábio Francisco exorta os belicosos adversários da interminável contenda que ensanguenta a Terra Santa ao diálogo e à concórdia. O Papa junta num abraço simbólico que enternece o mundo inteiro, um jovem israelense e um jovem palestino, órfãos da guerra, unidos na dor. O gesto emblemático incorpora-se aos apelos fervorosos vindos de todas as partes, em prol de pausa humanitária que venha acompanhada de diálogo, em lugar da troca de tiros, na busca de uma solução civilizada para desavença tão irracional. Os apelos da opinião pública, como notório, desfazem-se em estilhaços ao esbarrar na indiferença, insensibilidade e prepotência dos guerreiros empedernidos.

Reveladores do inconformismo da sociedade com relação ao horror das guerras, dois posicionamentos de efeitos políticos e jurídicos importantes acabam de ganhar destaque no noticiário. Um deles foi tomado no âmbito das Nações Unidas. Por esmagadora maioria de votos os países membros da instituição resolveram conceder à Palestina direito de assento permanente na Assembleia Geral, com todas as prerrogativas inerentes. A decisão é interpretada, por um lado, como de caráter apenas simbólico, face ao entendimento de que o assunto teria que ser apreciado antecipadamente pelo Conselho de Segurança. Mas existe, por outro lado, a compreensão de que a maciça votação favorável no plenário, incomum na história da ONU, garante total legitimidade à resolução. Seja como for, o resultado indica cabalmente o estado de espírito dominante no sentido de se encontrar, sem delongas a solução desejada universalmente. Cabe anotar que, além dos Estados Unidos e Israel, a Argentina de Milei e a Hungria de Viktor Orbán votaram contra.

As fortes tensões internacionais repercutem também de forma intensa na Corte Internacional de Justiça de Haia, onde acaba de ocorrer outro fato relevante sobre a guerra no Oriente Médio. Criada pela ONU, por inspiração de juristas que atuaram no tribunal de Nuremberg, que julgou os crimes nazistas, a Corte propõe-se a examinar denúncias sobre crimes contra a humanidade. Sua jurisdição se estende a 123 países. Vladimir Putin figura entre os 28 dirigentes mundiais sentenciados pela Corte, devido a ato de lesa-humanidade na guerra da Ucrânia. Contra ele foi expedido mandado de prisão que, teoricamente, impede sua presença em países jurisdicionados.

Os pavorosos acontecimentos de Gaza estão levando o Tribunal de Haia a adotar drásticas resoluções. Acha-se em curso ali denúncia da África do Sul de que estaria havendo genocídio na região. Dias atrás a procuradoria da Corte assumiu posição jurídica de enorme relevância. Pediu a prisão do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de seu ministro do Exterior e dos três principais líderes do Hamas.

Paralelamente a isso, provocando áspera reação de Israel, vários países europeus anunciaram em bloco decisão de reconhecer imediatamente a existência e soberania do Estado da Palestina. O que o mundo está dizendo é: chega de guerra, instaure-se a paz!

Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

Circularidade na indústria inovação

CLAUDIA GUIMARÃES*

A indústria está testemunhando uma mudança transformadora em direção à circularidade impulsionada tanto pelo aumento da consciência ambiental quanto pela necessidade da adoção de práticas mais sustentáveis. Esse movimento está redefinindo não apenas a forma de produção, mas também sobre como os recursos estão sendo utilizados e os resíduos gerados.

De acordo com o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), as indústrias respondem por 34% do carbono global - resultado de atividades intensivas como siderurgia, produção de cimento e químicos, entre outras. Diante desse cenário, a circularidade se torna importante no setor industrial porque representa um ciclo contínuo de produção, consumo e reciclagem no qual os materiais são reutilizados e regenerados em vez de descartados após o uso, reduzindo o desperdício e a poluição, e promovendo a conservação de recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais. Essa abordagem fortalece a reputação e a lealdade do consumidor às empresas, assim como aumenta a eficiência e reduz os custos operacionais no longo prazo.

Esse modelo de economia impulsiona a inovação em toda a cadeia de valor, incentivando o desenvolvimento de novos materiais, tecnologias e processos de produção. Desde a concepção de produtos projetados para facilitar a reciclagem até o uso de energia renovável e práticas de fabricação ecoeficientes, as empresas estão explorando novas maneiras de minimizar seu impacto ambiental e maximizar o valor de seus recursos.

Os benefícios da circularidade não se limitam apenas às corporações - eles se estendem à toda sociedade. Ao reduzir a dependência de recursos finitos e mitigar os efeitos das mudanças climáticas, a transição para uma economia circular oferece oportunidades significativas para promover o crescimento econômico e construir comunidades mais resilientes e sustentáveis.

Por outro lado, essa transição não está isenta de desafios. Obstáculos como a falta de infraestrutura de reciclagem, barreiras regulatórias e resistência cultural podem dificultar a adoção. No entanto, esses entraves podem representar oportunidades para inovação e colaboração entre companhias, governos e sociedade civil.

A circularidade na indústria representa, acima de tudo, uma nova era de sustentabilidade e inovação na qual os princípios de conservação, eficiência e resiliência passam a orientar a atividade econômica. Ao adotar uma abordagem circular, as empresas podem reduzir seu impacto ambiental e aumentar sua competitividade. Mais do que isso, estão aptas a contribuir para a construção de um futuro mais sustentável e próspero para as gerações futuras.

** Diretora de Field Service na Schneider Electric*

DESTAQUES DA SEMANA

ALEXANDRE HORÁCIO, EDITOR

Empresas de MG podem perder R$ 1,1 bi com catástrofe no RS

A redução do faturamento das empresas mineiras que mantêm negócios com o Rio Grande do Sul pode chegar a R$ 1,1 bilhão neste ano com o impacto da catástrofe causada pelas enchentes. A estimativa é de um estudo realizado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a partir de dados da Secretaria de Estado de Fazenda e da Fundação João Pinheiro, para avaliar os efeitos da tragédia na economia mineira. Os setores no Estado que serão mais prejudicados são o comércio por atacado e varejo, o de produção de ferro e siderurgia e o abate de carne, pesca e laticínio. O economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, avalia que dois vetores impactam diretamente o atacado e o varejo: a queda de faturamento das empresas e a perda de renda.

Stellantis investirá R$ 14 bi no polo automotivo de MG

O grupo Stellantis, que detém as marcas Fiat, Citroën, Jeep e Peugeot, investirá R$ 14 bilhões no seu polo automotivo de Betim, na RMBH, de 2025 a 2030. Será o maior aporte em quase 40 anos da história do complexo, com a geração de cerca de 600 empregos diretos. A ampliação da linha de motores receberá a inversão de outros 454 milhões. Durante evento com a presença do governador Romeu Zema (Novo), o presidente da América do Sul, Emanuele Cappellano, explicou que os recursos serão utilizados novas tecnologias, produtos e motores. A produção será ampliada de 200 mil motores por ano para 1,1 milhão.

Governo de Minas e Carmeuse negociam investimento bilionário

A Agência de Promoção de Investimento de Minas Gerais (Invest Minas) está negociando com a Carmeuse, multinacional belga especializada em produtos de cal e calcário, a realização de investimentos bilionários no Estado. A expectativa é que o acordo seja fechado em junho, com a definição de aportes em implantação de nova fábrica, expansão das unidades industriais instaladas em Formiga e Arcos, no Centro-Oeste de Minas, e na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Representantes da agência estadual e executivos da empresa se reuniram na última quarta-feira no Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte. O objetivo foi avançar nas discussões sobre os aportes.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

O modelo deformado

O Estado brasileiro começou a nascer em 1808, quando D. João VI, fugido de Portugal, transferiu a corte para o Rio de Janeiro. Um movimento inesperado e ao mesmo tempo inteligente, bastante para preservar o reino e a coroa, ao mesmo tempo que emprestava à colônia um novo status, essencial para o seu futuro. No bom e no mau sentido. Chegado às pressas e sem qualquer preparação, D. João entre outras coisas mandou desocupar as melhores habitações, tomando-as para seu uso e dos seus próximos. Uma demonstração de poder e de força que de alguma forma foi perpetuada, ainda se faz presente nas grandes e nas pequenas coisas, com o Estado e seus agentes apartados do conjunto da população como se fosse um estamento à parte e superior.

O Império se foi, a República tomou forma, mas nem tudo mudou como esperado e desejado. Democracia relativa, com cidadãos de primeira e de segunda classe em que a esfera pública, políticos, agentes públicos e servidores, como regra, têm comportamento que remete ao desembarque de D. João VI no Rio de Janeiro em 1808. Por hábito, o Estado costuma ser hostil nas grandes e nas pequenas coisas, coloca-se acima tudo e de todos e assim produz tiranos de todos os tamanhos. E tudo com uma naturalidade que parece ter sido assimilada passivamente, esvaziando-se o conceito fundamental de que são todos “servidores” nos exatos termos descritos pela ministra Cármen Lúcia ao tomar posse no Supremo Tribunal Federal (STF).

> *Democracia relativa, com cidadãos de primeira e de segunda classe em que a esfera pública, políticos, agentes públicos e servidores, como regra, têm comportamento que remete ao desembarque de D. João VI no Rio de Janeiro em 1808*

Pequenos tiranos capazes, entre tantos e tantos exemplos, de tomar para si as calçadas em frente às suas repartições, fazendo delas espaço para estacionamento de veículos particulares, abrigados com placas e cavaletes determinando “uso oficial”. Em nome e por conta deles próprios, evidentemente sem qualquer base legal.

Lembram, na devida escala, os agentes de D. João VI assinalando no Rio de Janeiro as residências confiscadas para uso da corte. Um exemplo apenas dentre muitos outros que poderiam ser lembrados, do policial impertinente ao atendente que se imagina superior a quem deveria servir diligentemente. E o que dizer de fiscais, nas mais variadas esferas, que se imaginam acima do bem e do mal. Não são todos, é evidente, mas são muitos, protegidos e acobertados pelo silêncio.

Estamos olhando a base da pirâmide, mas se mirarmos o alto enxergaremos o conjunto, percebendo assim como os desvios ganham proporções diante das quais só cabe a mais completa indignação.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio | Rafael Tomaz
Clério Fernandes | Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso.. R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

Filiado à ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI

Siga-nos nas redes sociais

Celebrando o Dia da Indústria

JOÃO VICTOR JUNQUEIRA ARANHA
E LUÍZA PATTERO FOFFANO*

No Brasil, comemora-se o Dia da Indústria em 25 de maio, sendo este um dia simbólico que busca reconhecer e valorizar a importância do setor industrial para o desenvolvimento econômico e social do País.

Neste ano, em celebração à data mencionada, vale dar enfoque ao programa aprovado pelo governo federal no início de 2024, chamado de Nova Indústria Brasil (NIB), a ser implantado nos próximos dez anos, que traz um conjunto de medidas voltadas para um projeto de reindustrialização.

A NIB parte do reconhecimento do acelerado processo de desindustrialização vivido pelo Brasil desde o ano de 1980, agravado por políticas de mercado que não enxergam o papel estratégico da indústria e localizam o País no mercado internacional apenas como exportador de *commodities*, ou seja, produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, o que limita sobremaneira nosso potencial.

Como resultados dessa concepção, surgem a precarização da estrutura produtiva, fragilização das cadeias e o baixo valor agregado das exportações, diminuindo, assim, os ganhos comerciais e, no fim das contas, enfraquecendo o poder econômico do País.

Com isso, a Nova Indústria Brasil se desafia a estimular o progresso tecnológico, para ampliar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras, aproveitando as vantagens que a abundância de recursos naturais e a vastidão territorial proporcionam ao país.

Para viabilizar os resultados pretendidos, a NIB elencou seis missões a serem cumpridas no período de 2024 a 2033, visando à ampliação da autonomia, transição ecológica e modernização do parque industrial brasileiro, com foco na agroindústria, saúde, infraestrutura urbana, tecnologia da informação, bioeconomia e defesa.

Dentre essas missões, estão o fortalecimento do complexo econômico e industrial da saúde, a criação de infraestrutura e saneamento sustentável e, ainda, a transformação digital da indústria.

> *Nova Indústria Brasil se desafia a estimular o progresso tecnológico, para ampliar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras, aproveitando as vantagens que a abundância de recursos naturais e a vastidão territorial proporcionam ao País*

Cada missão possui áreas prioritárias para investimentos e, em conjunto, têm a finalidade de estimular setores estratégicos por meio de compras públicas, assinando decretos que definem áreas sujeitas a exigências de aquisição nacional.

Além disso, a NIB prevê projetos para aprimorar o ambiente de negócios, incluindo desburocratização e enfrentamento de desafios apontados pelo setor produtivo, com o objetivo de reduzir o chamado "Custo Brasil" e promover o desenvolvimento sustentável e inovador do País. Fato é, porém, que a implementação da NIB enfrenta diversos desafios.

Primeiramente, será preciso superar a burocracia e garantir a efetiva coordenação entre os órgãos governamentais e setores envolvidos, o que pode implicar a necessidade de adequação das legislações e regulação em setores específicos abordados pelo programa.

Ademais, a mobilização de recursos financeiros será essencial, inclusive mediante financiamentos e incentivos fiscais.

Superados esses pontos, ainda assim, é provável que outras dificuldades emerjam ao longo da implementação do programa, especialmente na esfera judicial.

O que se presume, por ora, é que poderão surgir disputas relacionadas à propriedade intelectual e aos direitos de patentes sobre as inovações desenvolvidas e incentivadas no âmbito da NIB.

Para além disso, cogita-se a existência de litígios relacionados a contratos, parcerias público-privadas e regulamentações setoriais, dada a complexidade das transações e operações envolvidas, bem como das mudanças legais e regulatórias que acompanham as iniciativas.

No âmbito cível, destaca-se a possibilidade de discussões relacionadas a atrasos na entrega de projetos, não conformidade com os requisitos contratuais e danos causados durante a execução de projetos financiados pelo programa. Consequentemente, podem surgir litígios complexos, devido à natureza particular dos contratos a serem firmados e à ampla gama de interesses abrangidos.

Assim, a conscientização e o engajamento de todos os envolvidos, incluindo, além das próprias empresas, os órgãos públicos e a sociedade como um todo, a respeito dos projetos em si e de eventuais riscos, são fundamentais para o sucesso desse programa ambicioso, que representa uma oportunidade histórica para que o Brasil se recoloque diante do mundo, no setor industrial.

* *João Victor Junqueira Aranha é especialista em Processo Civil. Advogado do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados. Luíza Pattero Foffano é especialista em Processo Civil. Advogada do escritório Finocchio & Ustra, Sociedade de Advogados*

COMÉRCIO

Sem frio ainda, vendas de inverno vão para junho e julho

Lojistas da Capital têm estoques, diversificam e investem em meia-estação

MARCO AURÉLIO NEVES

Mais um ano de pouco frio e novamente a indústria e o comércio varejista se veem desafiados pelas mudanças climáticas. A maior quantidade de dias quentes no ano, até mesmo ondas de calor, altera a dinâmica das vendas nas lojas em relação ao vestuário de inverno e obriga comerciantes e industriais a se adaptarem.

O professor de economia do Ibmec BH, Luiz Carlos Gama, explica que o varejo espera um aumento das vendas de bens relacionados ao inverno a partir de abril. Esse movimento de antecipação da época mais fria do ano, além de aquecer as vendas, impulsiona o desempenho em datas comemorativas como Dia das Mães e Dia dos Namorados.

> *O clima mais quente por mais tempo - e sem frio - pode derrubar valor médio e compras relacionadas a roupas, aponta professor de economia*

"A questão do frio acaba que é melhor para o comércio", disse Gama. Ele aponta que, em geral, as roupas de inverno contam com um valor agregado maior. Assim, quando os presentes para mães, namoradas e namorados são atrelados à essa época, o setor varejista fatura mais.

Mas o clima mais quente por mais tempo - e sem frio - pode derrubar o valor médio das compras relacionadas a roupas. "Ao invés de comprar um presente mais caro para a mãe, porque estava começando a fazer frio, de repente essa pessoa comprou um presente mais barato", pontua o professor do Ibmec.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Varejo espera aumento de vendas de inverno em abril, mas mudanças climáticas mudam dinâmica

Estratégias do comércio - A economista da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), Ana Paula Bastos, comenta que os comerciantes deverão adotar medidas como promoções e novas formas de divulgação - principalmente nas redes sociais, que não geram custos adicionais. "Quem fez um estoque maior do que a demanda vai ter prejuízo. Então tem que adotar estratégias de marketing para trazer esse consumidor para sua loja", comenta.

Além das ofertas e liquidações das roupas preparadas para o frio, a economista considera que o comércio necessita diversificar as formas de pagamento, com a alteração dos prazos, por exemplo, para atrair o consumidor.

A economista ainda ressalta que o comércio deverá estar atento em relação às alterações climáticas, que têm alterado o modo de vida da sociedade em todo o mundo, com consequentes impactos no consumo. "Hoje, para programar alguns estoques, temos que ficar de mão dada com a ciência. Saber como vai ser realmente não só inverno, mas as estações que estão por vir", finaliza.

Vendas diferentes - As duas lojas da Royal Style, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), estão com um movimento de vendas bem diferente este ano. O proprietário George Ferreira conta que, neste momento, no mesmo período do ano passado, já teria vendido 60% do estoque das roupas de frio. Mas, em 2024, ainda não vendeu 10%. "Ano passado, nossa empresa cresceu consideravelmente no inverno, o que me motivou a investir ainda mais para este ano", disse.

Tradicionalmente, as mercadorias para o inverno chegam às lojas de Ferreira em fevereiro e começam a ser vendidas em março, antevendo o início do frio em abril. Mas já quase em junho, o esperado tempo de temperaturas baixas não apareceu e ele teve que mudar os planos. "Como não teve nem sinal de frio, ao invés de investir em mercadoria de inverno, nós investimos em mercadoria para um tempo fresco, de meia-estação", afirma.

Inclusive, Ferreira conta que foi o calor que segurou as contas da Royal Style e proporcionou um primeiro trimestre aquecido nas vendas, enquanto as roupas de frio encalharam. Ainda assim, ele aponta que quando a temperatura cair, os estoques das roupas de inverno devem acabar rapidamente.

Já a Pink Wave, no bairro Lourdes, em Belo Horizonte, encontrou na diversificação dos produtos, como calçados, uma saída para que a tardia chegada do frio não afetasse o faturamento. "Já tinha preparado toda a coleção e ainda não lancei, porque não tenho condição de lançar coleção de inverno fazendo 30 graus", declara a proprietária Bruna Verçosa.

Inclusive, ao observar um inverno mais curto no ano passado, a empresária fez pesquisas e programou para que a Pink Wave lançasse a coleção de inverno em meados de junho, na espera que o frio viesse mais tarde. "Mas ainda assim, se você olhar, já estamos entrando em junho e o frio ainda não chegou", aponta.

Assim como Ferreira, Bruna Verçosa acredita que os estoques de roupa de frio serão vendidos rapidamente assim que o frio chegar. Mas ela considera que os tempos do comércio de roupas de inverno, de maior valor agregado do que as de verão, serão outros. "As pessoas já tinham o hábito de repensar peças de inverno pela estação no Brasil ser curta. Agora então, a peça que elas usariam três meses e vão usar um mês, acho que vão consumir bem menos".

Fecomércio: pesquisa aponta otimismo

Os lojistas mineiros estão otimistas com relação às vendas para a temporada de inverno. De acordo com um levantamento do Núcleo de Inteligência e Pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG), 77,1% dos empresários mineiros esperam que o período de frio gere resultados positivos para seus negócios. Apenas 5,4% estimam impacto negativo no volume de vendas da loja. Outros 17,4% acreditam que o inverno não causará nenhuma consequência para seu estabelecimento.

A pesquisa também aponta que 39% dos comerciantes esperam que as vendas sejam melhores se comparadas com a temporada de frio de 2023. Entre os motivos citados, os destaques foram: inverno mais rigoroso (36,6%); otimismo (32,1%) e consumidor está comprando mais (13%).

Por outro lado, 32,4% são mais pessimistas e aguardam por vendas piores do que no ano passado. Dentre esses, para 59,6%, a percepção de que não está frio foi o motivo predominante para essa baixa expectativa. Outros 38,5% destacaram clima/tempo e 22,9% apontaram crise econômica como motivo.

Já para 21,4% dos empresários varejistas de Minas, as vendas do comércio devem permanecer no mesmo patamar do período de frio anterior, enquanto 7,1% não souberam ou não responderam sobre essa questão.

Entre as empresas com boas expectativas para essa temporada, 39,7% estimam impacto percentual médio positivo de 10% a 30% do volume de vendas. No entanto, entre aquelas com expectativas de piora nas vendas, 51,9% esperam por redução de até 30% do volume.

Estoques - A maioria dos empresários (77,7%) do comércio afirmou que já está preparado para a época de frio e que já recebeu todos os produtos encomendados para complementar o estoque. No entanto, 18,8% dos lojistas reconheceram que ainda não estão preparados. Além disso, 2,4% dos empresários não realizaram os pedidos, e 0,9% disseram que não irão fazer.

Quanto ao número de itens solicitados aos fornecedores, 34,2% responderam que o volume de pedidos foi menor que o solicitado em 2023. Já 33,3% revelaram que esse número está igual ao ano passado, enquanto 23,2% aumentaram a quantidade solicitada.

Para 46,1% dos lojistas, os preços cobrados pelos fornecedores pelas peças de frio estão mais altos este ano. Apenas 5,1% consideraram que houve uma queda nos valores praticados. Outros 37,8% não observaram mudanças na comparação com o último ano.

Valor médio e liquidação - A expectativa de 47,9% do comércio é de que o valor médio gasto por cliente no frio varia entre R$ 100 a R$ 300. Outros 13,1% estimam consumo de R$ 300 a R$ 500.

Sobre as previsões de liquidação, a maioria (29,8%) não irá adotar, enquanto 17,3% disseram que pretendem realizar apenas no final de julho. Em média, para 28,1%, os produtos devem ter descontos de 40% e 50% nas liquidações.

Menos frio - O economista da Fecomércio MG, Gilson Machado, ressalta que, mesmo com o ano com menos dias de frio, o comércio está otimista com as vendas pelo aspecto cultural do inverno. "A gente sabe que tem o 'charme' do frio. Geralmente a pessoa compra algum item, seja para sair, seja para ir para o trabalho, ou para viagem, esse período é muito de viajar para cidades mais frias", aponta.

O economista ressalta que a melhora da economia, com mercado de trabalho aquecido e aumento da renda média da população, possibilitam que as expectativas do comércio aumentem em relação ao ticket médio gasto por pessoa, além do próprio processo inflacionário, que está em queda. "O empresário ainda está otimista e vê que, embora tenha alteração no meio ambiente, ainda não vai impactar tanto no período de inverno", declara.

Mas entre os lojistas que estão pessimistas com o período de frio - a bem da verdade, a menor parte entre o comércio mineiro -, um item antes pouco citado tem se destacado: a não chegada do frio. "Cinco, dez anos atrás, não era quente dessa forma. A gente sentia muito frio, totalmente diferente. E essa percepção vem agora, com a mudança climática, trazendo um impacto mais recente", finaliza Machado.

DIA DA INDÚSTRIA

Em meio a desafios setor mostra relevância

Atividade é responsável por 31% do Produto Interno Bruto de Minas Gerais e grande gerador de postos de trabalho

THYAGO HENRIQUE

Neste sábado, 25 de maio, é celebrado o Dia da Indústria, data que homenageia todos os empreendedores e colaboradores industriais e convida a sociedade a refletir sobre a importância do setor para o desenvolvimento econômico e social. A atividade está em tudo que cerca o cotidiano da vida moderna e desempenha um papel fundamental no progresso de uma nação.

Em Minas Gerais, a indústria tem uma enorme relevância em diversos aspectos. Dados levantados pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) mostram que o setor foi responsável por 31% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2023. A atividade mineira também respondeu por 11,7% do PIB industrial brasileiro no exercício – desempenho primordial para que o Estado alcançasse uma participação histórica na economia nacional, de 9,5%.

Além de constituir riqueza e auxiliar na sustentação do crescimento econômico, o setor industrial mineiro se destaca pela geração de empregos. Diretamente, são aproximadamente um milhão de vagas formais, em torno de um quarto do estoque do Estado. Indiretamente, são inúmeros postos de trabalho, fomentando o mercado de outros setores como comércio e serviços, inclusive.

A massa salarial da indústria também é bem relevante e representa mais ou menos 25% do total recebido pelos trabalhadores em Minas Gerais no período de um ano. O economista e colunista do DIÁRIO DO COMÉRCIO Guilherme Almeida ressalta que o salário médio de um funcionário do setor industrial costuma ser superior se comparado ao rendimento de um colaborador de outra atividade, o que contribui para elevar o poder de compra da população e impulsionar o consumo.

Investimentos - A atividade industrial mineira exerce outro importante papel: de trazer investimentos. Conforme Almeida, a indústria é um motor de inovação e desenvolvimento tecnológico, buscando constantemente investir em pesquisa, tecnologia e infraestrutura para criar novos produtos, modernizar operações e aumentar produtividade. O Estado, por sua vez, colhe frutos indiretos, por exemplo, com a qualificação da mão de obra e o aumento da competitividade da economia.

Vale enfatizar que Minas Gerais atraiu grandes aportes na indústria nos últimos anos, em vários segmentos. São destaques: R$ 14 bilhões da Stellantis no setor automotivo; R$ 1 bilhão da Atlas Lithium na mineração, sobretudo de lítio; R$ 11,3 bilhões aportado por 12 grupos econômicos na cadeia do setor sucroalcooleiro; e R$ 1,3 bilhão da Eurofarma no setor farmacêutico.

O economista também salienta o valor que o setor industrial tem no que diz respeito a receita estadual com impostos, utilizada para financiar serviços públicos em áreas como saúde e educação e contribuindo com o Estado que, há tempos, enfrenta dificuldades para gerir as contas e tenta renegociar débitos. Segundo a Fiemg, no último ano, mais de 60% da arrecadação mineira com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi proveniente da indústria.

A influência da indústria de Minas Gerais ainda passa por uma contribuição para a diversificação econômica e a redução da dependência de outras atividades, de acordo com Almeida. Ele enfatiza que o Estado tem um parque industrial diversificado, com foco, principalmente nos setores mineral, siderúrgico, metalúrgico e automobilístico, mas com relevância nos setores alimentício, têxtil e farmacêutico, o que torna a economia mineira mais resiliente em momentos de crise.

"Isso é muito positivo", afirma. "Temos também um papel ativo da indústria no mercado exterior, dado que Minas Gerais é um dos maiores exportadores de produtos industrializados do Brasil", diz. Em 2023, os embarques do setor responderam por 77% do valor exportado pelo Estado.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J SILVA

Salário médio de um trabalhador da indústria costuma ser maior que o de outros setores

Indicadores da indústria de Minas Gerais

	Indicadores	Participação da indústria na economia
Empresas (2022)	75.653	15%
Empregados (2022)	1.315.868	25%
Massa salarial (2022)	R$ 54 bilhões	25%
Exportações (2023)	US$ 31,2 bilhões	77%
PIB - Valor adicionado (2023)	R$ 283,8 bilhões	31%
Arrecadação de ICMS (2023)	R$ 43,6 bilhões	60,4%

Levantamento: Fiemg
Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego, IBGE e Sefaz-MG

Minas Gerais atraiu grandes aportes na indústria nos últimos anos, em vários segmentos. São destaques: R$ 14 bilhões da Stellantis no setor automotivo; R$ 1 bilhão da Atlas Lithium na mineração

Concorrência externa preocupa

A indústria é um dos pilares para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e mineiro, contudo, como qualquer atividade, encara, diariamente, desafios que precisam ser superados.

Atualmente, uma das principais objeções se trata da concorrência com as empresas do exterior. Enquanto o governo federal pretende vetar uma possível taxação de impostos das compras abaixo de US$ 50 – prevista em projeto a ser apreciado pelo Congresso –, o setor industrial defende que a regra vigente prejudica empreendedores e tiram milhares de empregos da população. Conforme a Fiemg, a tributação poderia render até R$ 19,1 bilhões aos cofres públicos da Federação.

A atividade industrial mineira também tem obstáculos particulares. O economista e colunista do DIÁRIO DO COMÉRCIO afirma que, apesar de o Estado ter uma indústria diversificada, alguns municípios ainda são dependentes de um único setor, sendo na maioria das vezes, da mineração. Ele diz que isso gera implicações ao poder público, setor produtivo e, especialmente, à sociedade.

"Para ilustrar, basta pegar os casos de Brumadinho e Mariana e todos os desdobramentos que tiveram depois dos acidentes, que impactaram de forma relevante a economia local", exemplifica Guilherme Almeida. De acordo com ele, ao depender de apenas uma atividade econômica, os efeitos adversos são potencializados e quando algo acontece, as cidades perdem em arrecadação, na dinâmica de emprego e renda e com o fechamento de outros empreendimentos por reflexo.

Além da diversificação, a indústria mineira e brasileira tem desafios inerentes ao próprio setor, conforme o especialista. Um exemplo é a constante busca por inovação e a adoção de novas tecnologias, que devem ser acompanhadas frequentemente pelas empresas, visando aumentar a produtividade e reduzir custos. Outra preocupação é com relação às parcerias com a academia para o constante desenvolvimento de pesquisa e formação de mão de obra qualificada.

Almeida ainda cita mais dois desafios. O primeiro se trata da infraestrutura, fundamental para diminuir custos e facilitar o escoamento da produção, especialmente em uma região como Minas Gerais, que possui a maior malha rodoviária e ferroviária do País. O segundo se refere as práticas sustentáveis, sobretudo, ambientais, atendendo as expectativas do mercado e da sociedade. **(TH)**

PEQUENOS NEGÓCIOS

Empresários estão menos confiantes

Iscon, divulgado pelo Sebrae Minas, apresentou retração em abril na comparação com o mês imediatamente anterior

JULIANA GONTIJO

O Índice Sebrae de Confiança dos Pequenos Negócios (Iscon) em Minas Gerais contabilizou 111 pontos em abril de 2024. Na comparação com março deste ano, a confiança das micro e pequenas empresas no Estado teve um recuo de quatro pontos. Já na comparação com abril de 2023, o resultado é diferente, com uma alta de sete pontos. No quarto mês do ano passado, o Iscon chegou a 104 pontos.

Para a analista da Unidade de Inteligência Estratégica do Sebrae Minas, Tábata Moreira, o recuo na comparação com março pode ser sazonal, já que não há nenhum fator macroeconômico relevante para a queda.

Já a elevação na comparação com abril do exercício passado é justamente fruto da melhora do cenário econômico, como os juros mais baixos. Apesar da redução no ritmo de corte da taxa básica de juros, a Selic, em maio, ela lembra que os juros em 2024 estão em um patamar menor do que o verificado em 2023.

No último dia 8, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano. Em 2023, a taxa encerrou em 11,75% ao ano.

Emprego em alta - Além do impacto dos juros, a geração de postos de trabalho é outro fator que ajuda a alavancar a confiança do empreendedor, já que mais gente empregada, segundo a analista, significa mais renda e, logo, mais possibilidade de consumo.

De fato, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, o Estado vive um bom momento na geração de postos de trabalho. Minas Gerais abriu 40,8 mil vagas com carteira assinada em março deste ano. O resultado foi o melhor para o mês desde 2020, quando iniciou a nova metodologia do Caged, e representa alta em relação aos meses de janeiro e fevereiro, quando foram geradas 11,6 mil e 35,9 mil vagas, respectivamente.

Ainda conforme o Caged, no acumulado do primeiro trimestre de 2024, Minas Gerais gerou 88,4 mil empregos com carteira assinada, o maior volume para este intervalo desde 2021.

Com o Dia das Mães em maio, a estimativa é de melhora no indicador, já que a data é considerada a segunda melhor do ano pelo varejo, perdendo apenas para o Natal.

Setores - De acordo com o levantamento divulgado na sexta-feira (24) pelo Sebrae Minas, os setores de comércio (113), serviços (109), indústria (113) e construção civil (111) apresentaram significativa retração se comparados ao mês anterior.

O Iscon expressa a tendência para o nível de atividade, levando em conta o passado recente (últimos três meses) e o futuro próximo (próximos três). Um índice de confiança maior que 100 indica tendência de expansão da atividade; igual a 100, mostra a tendência de estabilidade da atividade; menor que 100, indica retração da atividade.

A confiança dos microempreendedores individuais (MEIs) também diminuiu em abril em relação a março, passando de 116 para 115 pontos. A microempresa (ME) obteve um índice de 109, uma queda de sete pontos. E as empresas de pequeno porte (EPP) registraram uma baixa de 12 pontos, chegando a 99.

Outras Quedas - Também foi verificado o recuo do Índice de Situação Recente (ISR), que reflete a percepção dos empreendedores sobre suas atividades nos últimos três meses. Esse índice foi de 81, dois pontos abaixo do registrado em março.

O Índice de Situação Esperada (ISE), que reflete as expectativas dos empreendedores em relação ao trimestre seguinte, ficou em 126, cinco pontos abaixo do registrado no mês anterior.

Perspectiva - Com o Dia das Mães em maio, a estimativa é de melhora no indicador, já que a data é considerada a segunda melhor do ano pelo varejo, perdendo apenas para o Natal.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Retração no índice de confiança foi registrada em setores como comércio, indústria e serviços em abril, segundo o Sebrae

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Setor vive um apagão de mão de obra

Alerta é feito pelo Sinduscon-MG, que aponta a necessidade de capacitar trabalhadores para atender à demanda

JULIANA SODRÉ

A construção civil vive um apagão de mão de obra. O alto desempenho do setor e a mudança de comportamento do trabalhador, que se desinteressa cada vez mais pela carteira assinada, são alguns dos motivos para a situação. O desempenho do mercado formal da construção civil foi apresentado na sexta-feira na sede do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG), em Belo Horizonte.

Para o presidente do sindicato, Renato Ferreira Machado Michel, só com treinamento e capacitação será possível amenizar o problema. "Não há mão de obra disponível para contratação no mercado da construção civil. Vamos precisar investir muito na capacitação e no treinamento dos jovens para ingressarem no mercado de trabalho e progredirem na carreira no mercado da construção civil", disse.

De acordo com sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), esse é realmente o principal problema do setor. Na visão de 28,2% dos empresários de todo o País, o índice mais alto entre as preocupações é a falta ou o alto custo do trabalhador qualificado.

A preocupação alcançou, dessa forma, o maior número da série histórica. Isso significa que em dez anos é a primeira vez que este item se qualifica como a maior preocupação dos empresários. "A elevada carga tributária é outro item importante, com 28,1%, e sempre esteve presente, mas nunca a preocupação com a mão de obra foi tão relevante", comentou a assessora econômica do Sinduscon-MG, Ieda Vasconcelos.

O presidente do sindicato lembrou que, em outros momentos, as preocupações eram com as taxas de juros, que continuam sendo importantes para o setor, e a alta dos preços dos materiais de construção. Porém, o alto número de contratações que o setor fez de 2020 para cá devido ao bom desempenho da construção civil no pós-pandemia, fez as preocupações mudarem.

"Precisamos de políticas estratégicas para solucionar esta questão. Me preocupa muito o futuro da construção diante deste desafio que temos, que é a inclusão de novos trabalhadores. Na minha visão, isso passará fundamentalmente pelo treinamento e pela capacitação", comentou o presidente.

De acordo com os dados apresentados pelo Sinduscon-MG, no primeiro trimestre deste ano, dos 13,3 mil contratados pelo setor em Minas Gerais, 29%, ou 3,8 mil, estão na faixa de 18 a 24 anos. "São jovens ainda sem experiência ou vindos de outros setores que precisam ser treinados e capacitados para as atividades da construção", disse.

O presidente ressaltou o baixo nível de mulheres trabalhando na construção civil e apontou o incentivo à inclusão delas como uma das soluções para o desafio da falta de mão de obra. Do montante empregado de janeiro a março, menos de 10% eram mulheres (1.087). "Precisamos delas não só nos cargos gerenciais, mas principalmente nos canteiros de obra. Queremos mulheres pedreiras, carpinteiras e pintoras", pontuou.

Contribuições - Outra reivindicação do presidente é a contrapartida da contribuição compulsória do setor para o Sistema S. De acordo com ele, as empresas da construção civil de Minas Gerais contribuem cerca de R$ 230 milhões com o sistema anualmente e não têm recebido retorno de forma proporcional. "O que eu não admito é recolher um dinheiro para um sistema que foi criado para treinar, no caso do Sesi, e capacitar, no caso do Senai, e vivemos um apagão de mão de obra. Esse é o nosso clamor: que o setor da construção civil, que representa cerca de 25% da mão de obra do Estado, receba em contrapartida um valor compatível com sua contribuição. Não queremos nem mais, nem menos. Na nossa visão, não temos sido atendidos adequadamente", defendeu o presidente.

RICARDO MORAES / REUTERS

Boa parte das contratações realizadas pelo construção civil é de jovens sem experiência

---

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0

FATO RELEVANTE

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, e com base na Resolução CVM nº 44/2021 e na Resolução CVM nº 80/2022, informa aos seus acionistas e ao público em geral que em reunião realizada na presente data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, entre outras deliberações, a reeleição dos membros da Diretoria Estatutária para um mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026, na forma do artigo 16 do Estatuto Social. Diante do exposto, a composição da Diretoria Estatutária é a seguinte:

Marcelo Chara	Diretor Presidente
Thiago da Fonseca Rodrigues	Diretor Vice-Presidente de Finanças e de RI
Américo Ferreira Neto	Diretor Vice-Presidente Industrial
Toshihiro Miyakoshi	Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade
Miguel Angel Homes Camejo	Diretor Vice-Presidente Comercial
Gino Eugenio Ritagliati	Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Belo Horizonte, 23 de maio de 2024.
Thiago da Fonseca Rodrigues
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

---

TAMASA ENGENHARIA S.A.
CNPJ 18.823.724/0001-09 - NIRE 3130004411-4
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos doze 10 dias do mês de maio do ano de 2024, às 10h00min, na sede social da Empresa na Rua Conselheiro Joaquim Caetano, no 891, Bairro Nova Granada, em Belo Horizonte – MG, independente de publicação de editais de convocação, por força do que dispõe o parágrafo 4o - Artigo 124 da Lei no 6.404 de 15/12/1976, reuniram-se os acionistas detentores da totalidade do Capital Social da TAMASA ENGENHARIA S.A., conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas". Os trabalhos foram presididos pelo acionista Marcos Miguel Reis Tavares e secretariado pelo acionista Alvimar Pereira Matos. A Assembleia Geral Ordinária foi convocada para deliberar sobre: **a) Tomada das contas dos administradores e análise, discussão e votação das demonstrações financeiras publicadas na central de balanços e "Diário do Comércio" do 08/05/2024; b) Destinação do resultado do exercício do ano de 2023; c) Eleição da nova Diretoria com mandato de 01/06/2024 a 31/05/2027. DELIBERAÇÕES: a)** Lidos e postos em votação foram aprovados, sem reservas, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, constantes no Balanço Patrimonial e na DRE Demonstração do Resultado Exercício de 2023; **b)** Sobre a destinação do resultado do exercício do ano de 2023, foi aprovado, por unanimidade, que não haverá distribuição de lucros, em razão que o resultado negativo da empresa; **c)** Por unanimidade de votos dos sócios acionistas presentes e sem quaisquer ressalvas, a Assembleia dos Sócios Acionistas elegeu a nova Diretoria para o período de 01/06/2024 a 31/05/2027, ficando assim composta: **Diretor Presidente: MARCOS MIGUEL REIS TAVARES**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.o 8660/D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob no 277.768.75600, residente na Rua Newton, no 61, Santa Lucia CEP: 30360200, Belo Horizonte/MG.; **Diretor Administrativo: ALVIMAR PEREIRA MATOS**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da carteira de identidade profissional no 8.660/D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob no 083.714.156-72, residente e domiciliado Rua Marilia de Dirceu, 380, condomínio Inconfidentes, Alphaville, CEP: 34001-287, Nova Lima/MG; **Diretor Superintendente: JOSÉ ANTÔNIO REIS TAVARES**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da identidade 21.922/D expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob o no 118.291.846-87, domiciliado em Nova Lima/MG, na Alameda dos Ipês, no 549, Condomínio Bosque da Ribeira, CEP 34.007404; **Diretor Comercial: WILSON TAVARES RIBEIRO NETO**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade n. MG5.416.958, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o n. 000.720.586-41, residente e domiciliado em Nova Lima, MG, à Rua Alameda Monaco, 579, Condomínio Riviera, 34.007-110. Concluídas as deliberações da pauta e franqueada a palavra, dela ninguém fez uso. Lavrada esta ata foi lida aos acionistas que aprovaram e vai por mim assinada, Alvimar Pereira Matos – Secretário, pelo Presidente e demais acionistas.
Belo Horizonte, 10 de maio de 2024. a) Alvimar Pereira Matos e Marcos Miguel Reis Tavares, ambos por JAWAMAR LTDA.; demais acionistas b) Alvimar Pereira Matos c) José Antônio Reis Tavares d) Marcos Miguel Reis Tavares e) Geraldo Sérgio Reis Tavares. Certifica-se a conferência da presente Ata com o original lavrado na página 143 do livro de "Atas de Assembleia Geral", registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o no 139.607 de 27/01/1976. Assina digitalmente – Alvimar Pereira Matos, CPF 083.714.156-72, Secretário.
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 11719657 em 21/05/2024 da Empresa TAMASA ENGENHARIA S/A, Nire 31300044114 e protocolo 243159536. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 12/06/2024, às 10:20hs / 2º Público Leilão: 13/06/2024, às 10:20hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob n° 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Parte do Lote 07 do quarteirão 83 da ex-colônia Carlos Prates, com área de 200,00m² e a casa nele edificada nº 525, da Rua Espinosa, Belo Horizonte/MG, com todos os seus pertences. CTM-02.02736-140-Log.26024. Imóvel objeto da Matrícula nº 87821 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **1º Leilão: R$ 1.093.946,91 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos) 2º leilão: R$ 1.371.785,25 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciantes: SIMONE PINHEIRO DE MEDEIROS, brasileira, pensionista, solteira, nascida em 09/05/1968, CPF: 729.572.396-04, CNH: 01958264875 DETRAN/MG, residente e domiciliada na Rua Espinosa, nº 525, casa, Carlos Prates, Belo Horizonte/MG, CEP: 30710-572, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

ULTRAFÉRTIL S.A.
CNPJ/MF nº 02.476.026/0001-36 - 3130011503-8 - Companhia Fechada
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 14 (quatorze) dias do mês de maio de 2024, às 10:00 horas, virtualmente, a Reunião do Conselho de Administração da Ultrafértil S.A. ("Companhia"), com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, 7º andar - Parte, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904. **2. Convocação:** Dispensada e sanadas as formalidades de convocação, diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Instalação e Presença:** Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros manifestaram seus votos à distância, sendo considerados, portanto, presentes à reunião virtual a totalidade dos Conselheiros: Carolina Hernandez Tascon, Rute Melo Araújo, Fábio Tadeu Marchiori Gama, Nicolle Tancredi Coelho e Vitor Ribeiro Vieira. Como convidado, participou o Advogado da Companhia, Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão. Observadas as formalidades e em verificação ao quórum de instalação fixado nos termos do Estatuto Social da Companhia, a reunião foi validamente instalada. **4. Mesa:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariar a reunião. **5. Ordem do Dia: (i)** Deliberar a respeito da reeleição dos membros para a Diretoria Executiva da Companhia. **6. Desenvolvimento e Deliberações:** Após a análise e discussão dos documentos relacionados a Ordem do Dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, ressalvas ou reservas: **6.1.** Aprovaram a reeleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia abaixo indicados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da presente data, ou até primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026: **6.1.1. Alessandro Pena da Gama**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1942457, inscrito no CPF sob o nº. 323.751.90220, com endereço profissional, na Rua Sapucaí, nº 383, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, ao cargo de Diretor-Presidente; **6.1.2. Nicolas Rodolfo Leon Szwako**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 2057610, emitido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.150.429-88, com endereço profissional na Rua Sapucaí, nº 383, Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP nº 30150-050, ao cargo de Diretor sem Designação Específica; e **6.1.3. Fabrício Rezende de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 1306270, emitido pela SSP ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.569.617-71, com endereço profissional na Rua Helena, nº 235, 5º andar, no Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04552-050, ao cargo de Diretor sem Designação Específica. **6.1.5.** Tendo em vista a deliberação acima, a composição consolidada de membros da Diretoria Executiva da Companhia passa a ser: **Nome/Cargo:** Alessandro Pena da Gama - Diretor-Presidente; Nicolas Rodolfo Leon Szwako - Diretor Sem Designação Específica; Fabrício Rezende de Oliveira - Diretor Sem Designação Específica. **6.1.6.** A posse dos membros da Diretoria Executiva indicados acima será realizada mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse, contendo Declaração de Desimpedimento, lavrados em livro próprio da Companhia e conforme legislação aplicável. **6.1.7.** A Companhia manterá arquivados em sua sede o material de apoio às deliberações ora tomadas, bem como os necessários comprovantes para atendimento de elegibilidade, reputação e capacidade, e/ou outros requisitos normativos/legais dos Diretores Executivos eleitos, em cumprimento ao artigo 147 da Lei das S/A. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes e que participaram das deliberações. Mesa: Presidente – Fábio Tadeu Marchiori Gama; e, Secretário – Tomás Vaz de Oliveira Brandão. Conselheiros Presentes: Carolina Hernandez Tascon, Rute Melo Araújo, Fábio Tadeu Marchiori Gama, Nicolle Tancredi Coelho e Vitor Ribeiro Vieira. Belo Horizonte/MG, 14 de maio de 2024. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Tomás Vaz de Oliveira Brandão - Secretário da mesa. **Certidão:** JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11728092 em 24/05/2024 e protocolo: 243252684 em 23/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DO DER/MG LTDA – COOPEDER
NIRE 314.0001241-9 - CNPJ 17.250.366/0001-11
Av. dos Andradas, 1199, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG – 30120-010
COMUNICADO DE REAJUSTE DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAIS DOS ASSOCIADOS

A Presidente do Conselho de Administração (CAD) da Cooperativa de Consumo dos Servidores do DER/MG Ltda.- COOPEDER, em cumprimento a deliberação do CAD, constante da Reunião Ordinária nº 16, de 08 de maio de 2024, conforme determina o artigo 42, §2º, letra "a", do Estatuto Social, comunica o reajuste das contribuições mensais dos associados (mensalidades), com vigência a partir de 1º de junho de 2024, conforme:

REMUNERAÇÃO (total de vantagens)	Valor da mensalidade
Até R$ 2.000,00	R$ 60,00
Entre R$ 2.000,01 a R$ 3.000,00	R$ 75,00
Entre R$ 3.000,01 a R$ 4.000,00	R$ 100,00
Entre R$ 4.000,01 a R$ 5.000,00	R$ 140,00
Entre R$ 5.000,01 a R$ 6.000,00	R$ 160,00
Acima de R$ 6.000,01	R$ 199,00

Belo Horizonte, 25 de maio de 2024.
Antônia Maria dos Reis Lima - Presidente do Conselho de Administração

---

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO - FELUMA
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS - FCM-MG
COMUNICADO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.870 de 23/11/1999, divulgamos os valores das anuidades / semestralidades para o 2º semestre letivo de 2024 e o número de vagas para o 2º semestre letivo de 2024:

Valor das Semestralidades 2º / 2024 – Em reais

Cursos Semestrais	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª
Medicina (semestral)	62.382	62.382	62.382	59.892	59.892	59.892	59.892	59.892	57.906	57.906	55.674	57.906

(Períodos)

Nº de Vagas 2º / 2024*	
Medicina (semestral)	183

*O número de vagas não inclui os alunos beneficiados pelo PROUNI e FIES.

A FELUMA reserva o direito de reajustar o valor da anuidade/semestralidade em função da correção dos custos, em caso de perda da condição de entidade filantrópica. Belo Horizonte, 22 de maio de 2024. Prof. Rafael Duarte Silva – Diretor Geral – Faculdade de Ciências Médicas FCM-MG. Dr. Wagner Eduardo Ferreira – Presidente – Fundação Educacional Lucas Machado - FELUMA.

Santander — FRAZÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 10 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 12 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010274506 firmado em 05/11/2021, com o **Fiduciante MAGNO AUGUSTO NASCIMENTO SILVA**, maior, inscrito no CPF nº 080.446.776-58, no dia 10/06/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 162.787,76** (cento e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), o imóvel matriculado sob **nº 85.191 do Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre/MG**, constituído por "Apartamento nº 04, do Condomínio Edifício Residencial Pão de Açúcar D, com as instalações, benfeitorias e pertences, localizado na parte posterior, fundos do pavimento superior, correspondente a fração ideal de 0,25000, com área privativa de 53,285m², área de uso comum de 4,425m² e área total de 57,71m², situado na Rua Mercy Amaral (Av.03), nº 240, no Loteamento Residencial Pão de Açúcar, nesta cidade; composto: 02 dormitórios, banheiro social, sala jantar/estar, cozinha, área de serviços e circulação interna e vaga de estacionamento descoberta. Vinculação de Vagas de garagem – O terreno do Edifício possui [illegible] Residencial Pão de Açúcar D, com aquela [illegible] conforme R.10 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 12/06/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 148.116,54** (cento e quarenta e oito mil cento e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21909_SC_2697-11).

NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ/MF 04.491.594/0001-31 - NIRE 31.206.245.756
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, ficam convocados os sócios da **NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios que se realizará no dia 05 (cinco) de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Marechal Foch, nº 35, Grajaú, CEP 30.430-720, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre o grupamento da totalidade das quotas de emissão da Sociedade, na proporção de 10:1 (dez para uma), isto é, cada 10 (dez) quotas serão grupadas para a formação de uma nova quota pós-grupamento, com a consequente alteração do valor nominal de cada quota, passando de R$10,00 (dez reais) para R$100,00 (cem reais); e (ii) autorizar a prática pelos administradores da Sociedade de todos os atos necessários à efetivação e implementação da deliberação acima, inclusive perante os órgãos públicos e terceiros em geral. **As informações referentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade.**

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024
ANTONIO ROBERTO BELOI - Administrador

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 10 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 12 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010189694, firmado em 27/01/2021, com os Fiduciantes **CARLOS ALBERTO DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, divorciado, professor, portador do RG nº M-6.175.597-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 806.126.796-91, e **CAROLINA FERNANDES MOLINA SANCHES**, brasileira, divorciada, professora, portadora do RG nº 43.927.251-8-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 067.838.206-96, residentes e domiciliados em São João Del Rei/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 271.425,81 (duzentos e setenta e um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Jovita Giarola, nº 385, Área C, Colônia do Marçal, São João Del Rei/MG. Área construída: 75,20m² e Área de terreno: 133,20m², melhor descrito na matrícula n° 82.488 do Oficial de Registro de São João Del Rei/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 159.690,46 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e noventa reais e quarenta e seis centavos)** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21753).

Edital De Citação Secretaria Da 36ª Vara Cível - Comarca De Belo Horizonte/MG. Prazo de 30 (trinta) dias - Edital de Citação de Rodrigo Lopes Rodrigues, CPF: 020.802.596-01, que se encontra em lugar incerto e não sabido. O Dr. Marcelo Paulo Salgado, Juiz de Direito, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc., faz saber que tramita por este Juízo e Secretaria da 36ª Vara Cível, Execução de Título Extrajudicial, autos n.º 5114929-56.2017.8.13.0024, ajuizadapor Condomínio Belo Horizonte, CNPJ: 65.169.476/0001-04 em face de Rodrigo Lopes Rodrigues, CPF: 020.802.596-01.A ação foi distribuída em 11/08/2017 objetivando o pagamento do contrato de Locação celebrado entre as partes. O valor da causa declarado na inicial perfaz o montante de R$ 87.896,05 (oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinco centavos). Considerando que o executado Rodrigo Lopes Rodrigues, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, filha de Maria de Oliveira Rodrigues, inscrita no CPF sob o n.º 020.802.596-01,não foi encontradopara citação pessoal, é o presente edital para citá-lopara todos os termos da ação, bem como para, nos termos do art. 829 do CPC, No Prazo De (3) Três Dias, efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 130.325,91 (cento e trinta mil, trezentos e vinte cinco reais e noventa e um centavo), conforme planilha atualizada em 13/11/2019, mais acréscimos legais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito,nos termos do artigo 827 do CPC, que poderão ser reduzidos pela metade, caso o pagamento integral seja efetuado em até três dias (art. 827, § 1º), Bem Como para, caso queira, oferecer Embargos No Prazo De (15) Quinze Dias. Cientificando-o, ainda, que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas processuais e honorários de advogado fixados acima, poderáoexecutadorequer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 916). Fica oexecutadoadvertidoque a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. Fica ainda oexecutado ciente, de que no caso de revelia, ser-lhe-á nomeado curador especial, conforme art. 257, IV, do CPC. E, para que ninguém alegue ignorância, por ordem deste Juízo, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no local de costume e na forma da lei. Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica. 21/03/2024 13:43:26. K-24e25/05

Fabio Vasconcellos Moreira, responsável pelo empreendimento denominado **PANORAMA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, inscrito sob CNPJ: 33.334.677/0001-15, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, torna público que foi Solicitado através OLEI n° 202402295 expedida pela SMPU/DLAC em 19/03/2024 a REN LO – Renovação de Licença de Operação, Classe 2, LAC 1, atividade de comércio varejista de combustíveis líquidos para veículos automotores e comércio varejista de lubrificantes, localizada à Av. Vereador Cícero Ildefonso, nº 684, João Pinheiro – Belo Horizonte – CEP: 30.530-000.

---

vallourec **Requerimento de Licença Ambiental**

O Empreendedor **VALLOUREC TUBOS DO BRASIL LTDA.**, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM/DGR) licença para ampliação de empreendimento (LP+LI+LO - modalidade LAC1) para a mina Pau Branco, A-05-04-7 Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro, A-05-08-4 Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito e F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Nova Lima e Brumadinho/MG, Classe 3, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº 2023.06.01.003.0001984.

COMARCA DE UBERABA - ESTADO DE MINAS GERAIS – EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 20 DIAS. A Excelentíssima Senhora Doutora RÉGIA FERREIRA DE LIMA, Juíza de Direito da Terceira Vara da Comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de nº 0318341-44.2013.8.13.0701, de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, requerido por BANCO DO BRASIL SA em face de FABIANA ALMEIDA DE MORAIS e MORAIS ATACADISTA LTDA - ME, que se processam por este Juízo e Secretaria da Terceira Vara Cível, I N T I M A FABIANA ALMEIDA DE MORAIS e MORAIS ATACADISTA LTDA - ME, inscritos no CPF sob o nº 038.373.106-20 e CNPJ sob o nº 06.253.060/0001-00, respectivamente, com endereço desconhecido, para o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA proferida nestes autos (ID nº 10105310471), conforme determinado no Despacho/Decisão de ID nº 10126413110, "para cumprimento da obrigação, mediante pagamento do débito, no valor de R$ 228.331,99 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos), calculado em 01/11/2023, devidamente atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, nos termos do art. 523, caput do CPC. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o valor originário do débito será acrescido de multa de 10% e honorários de advogado de 10%, nos termos do art. 523, § 1º do CPC, iniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o(a)s executado(a)s, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua IMPUGNAÇÃO, nos termos do art. 525, caput do CPC. Em não sendo efetuado o pagamento, expeça-se mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (art. 523, § 3º do CPC/2015). Podendo oferecer IMPUGNAÇÃO À PENHORA, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, § 1º, IV c/c art. 525, § 11 do CPC". CIENTIFICANDO às Requeridas sobre a efetivação de sua intimação, por este edital, que será afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo, e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. K-25/05

---

ipsemg

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.033/2024. Objeto: Aquisição de medicamentos do tipo Oxacilina para o abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro - HGIP/IPSEMG, sob a forma de entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 11/06/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou **www.ipsemg.mg.gov.br**. Belo Horizonte, 24 de maio de 2024. Renata Vieira Oliva de Paula – Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.
CNPJ/MF nº 39.469.291/0001-05 - NIRE: 3130001999-3
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2024.

DATA, HORA, LOCAL: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de abril de 2024, às 14h (quatorze horas), em sua sede social, na Av. do Contorno, nº 8269, Gutierrez, CEP 30110-059. **PRESENÇAS:** acionistas representando a totalidade do capital social. **PRESIDÊNCIA:** Paulo Márcio de Oliveira Monteiro. **SECRETÁRIO:** Guilherme de Oliveira Roveri. **CONVOCAÇÃO:** dispensada a publicação em virtude do comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do § 4º, do artigo 124 da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÃO** aprovada por unanimidade: **a)** Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **b)** publicação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no Diário do Comércio do dia 23 de abril de 2024, à página 10 e na Edição Digital do Diário do Comércio de 23 de abril de 2024, às páginas 1 e 2, que segue em anexo à presente ata.. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos. **ASSINATURAS:** p/**ADPAR – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA:** Paulo Márcio de Oliveira Monteiro e André Sant'anna Valladares de Andrade. p/**ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.:** Guilherme de Oliveira Roveri e Marco Túlio Pinto. A presente ata confere com a original lavrada no livro próprio. **SECRETÁRIO - GUILHERME DE OLIVEIRA ROVERI.** Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o no 11721363 em 22/05/2024 da Empresa AG CONSTRUCOES E SERVICOS S/A, Nire 31300019993 e protocolo 243046707 - 21/05/2024. Efeitos do registro: 23/04/2024. Autenticação: AC3E8CF5EC3ED26362B5522084E621EC4AD5EF1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

RAJ Super Arena Esportiva Ltda.
CNPJ/ME nº 51.633.231/0001-73 – NIRE 31.214.311.231
Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Rafael Martiniano de Miranda Moura, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8906101 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 060.795.626-77, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte/MG, na Rua dos Polos, nº 424, apto. 600, Santa Lúcia, CEP 30360-530, na qualidade de sócio majoritário e administrador da **RAJ Super Arena Esportiva Ltda.** ("Sociedade"), detentor de 77% (setenta e sete por cento) de seu capital social, vem, com fundamento nos arts. 1.071, 1.073, I, e 1.076 do Código Civil: (i) convocar os sócios da Sociedade para reunião de sócios, a realizar-se, em primeira convocação, no dia 04 de junho de 2024, às 16:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de Belo Horizonte/MG, na Rua Adriano Chaves e Matos, nº 100, Olhos D'água, CEP 30390-552, a fim de deliberar acerca da seguinte ordem do dia: modificação e reformulação do contrato social da Sociedade, para introduzir cláusulas sobre a administração; deliberações de sócios; continuidade da Sociedade; apuração de haveres; exercício social, balanço geral e destinação dos lucros; Porte; dissolução, transformação e disposições finais. Belo Horizonte/MG, 24 de maio de 2024. **Rafael Martiniano de Miranda Moura** – Sócio Administrador. (27/05/2024)

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 05 de julho de 2024, a partir das 09h40min
2º LEILÃO: 08 de julho de 2024, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 073467230010596, firmado em 25/05/2015, com o(s) **Fiduciante(s) PAULO ABADIO CARDOSO**, maior, inscrito no CPF n° 056.481.196-31, no dia **05 de julho de 2024, a partir das 09h40min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 387.826,62 (trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 37.634 do Oficial de Registro de Imóveis de Araxá/MG, constituído por Casa situada na Rua B, atual Rua Antonio Conselheiro (conforme IPTU/laudo), nº 80, Lote 08 da Quadra 05, Bairro Santa Rita II, Araxá/MG, com área construída de 124,66m² e área total de 300,00m². Cadastro Municipal: 3R2026420110001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.12 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5010233-42.2022.8.13.0040. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **08 de julho de 2024, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.18596).

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**, Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

MUNICÍPIOS

Lítio: Prefeitura de Nazareno cobra apoio do Executivo estadual

Cidade precisa de estrutura para abrigar projeto da AMG

RODRIGO MOINHOS

Enquanto o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), anuncia o investimento de até R$ 1,4 bilhão que a mineradora AMG irá fazer em sua planta no município de Nazareno, no Campo das Vertentes, o prefeito da cidade, José Heitor Guimarães de Carvalho (PSDB), cobra uma postura mais ativa do governo estadual em relação à melhorias no município. Na avaliação do mandatário, a cidade precisa receber investimentos para abrigar o novo projeto de extração de lítio.

> *"Isso é um descaso com uma estrada por onde passam muitos caminhões diariamente e um trecho com muitos acidentes. Além de minério, ainda é uma rota muito forte de escoamento de produtos do agro mineiro"*

A AMG anunciou que vai triplicar sua produção e, com isso, aumentará o tráfego de caminhões pesados na região, a população flutuante no município e, consequentemente, a demanda pelos serviços públicos, afirmou o prefeito.

A notícia do aporte foi divulgada com entusiasmo pelo governo de Minas Gerais e bem recebida pela prefeitura de Nazareno, entretanto, não conseguimos a ajuda dos governantes para amenizar problemas que afetam toda a população local, disse Carvalho. "Vivemos cobrando retorno do governo estadual em relação a uma série de reivindicações que consideramos fáceis de ser resolvidas. O restante de pavimentação de uma estrada, a continuidade de um anel para que o tráfego de caminhões de grande porte seja menor dentro da cidade e reforço na segurança pública", enumerou.

Segundo Carvalho, as tentativas foram feitas inclusive por meio do Invest Minas, no sentido de continuar a pavimentação da rodovia estadual LMG 841 que liga Nazareno a Mercês de Água Limpa, via esta utilizada pela AMG para o escoamento do minério. A obra foi paralisada pelo governo do Estado em 2011 e desde então não foi retomada.

"Estimamos que esta seria uma obra em torno de R$ 20 milhões e não conseguimos ser atendidos até hoje. Isso é um descaso com uma estrada por onde passam muitos caminhões diariamente e um trecho com muitos acidentes. Além de minério, ainda é uma rota muito forte de escoamento de produtos do agro mineiro", ponderou.

A Prefeitura de Nazareno também tem pedido apoio do governador Romeu Zema para que seja feita a complementação do anel rodoviário com o objetivo de transferir o trânsito de veículos pesados que adentram a cidade para um local adequado e seguro.

"O município executou a parte que era devida à administração municipal, com investimentos de R$ 2 milhões, porém, precisamos do apoio do governo estadual para a conclusão do que cabe ao Estado. Desde 2018 temos enviado ofícios e continuamos sem resposta. São vias de extrema importância econômica para Nazareno, mas que, devido ao fluxo intenso de carretas, colocam a população em risco iminente. Inclusive é comum ficarmos sem energia quando algum veículo de grande porte atinge um poste", afirmou.

Além disso, o município de Nazareno tem reiterado, por diversas vezes, ao governador Zema, a necessidade de fortalecer a segurança pública, por meio do aumento do efetivo policial, considerando a significativa imigração de mão de obra para a planta de lítio. "A solicitação tem sido feita desde 2022 e ainda estamos sem resposta. Hoje o efetivo no município é de 10 policiais. Solicitamos ao Romeu Zema um aumento de 50% na guarnição de Nazareno, mas nem isso o governo do Estado nos ajuda a ampliar", critica José Heitor.

De acordo com a secretária municipal de Meio Ambiente, Joyce Andrade Nascimento, a região tem um valor econômico significativo e um empreendimento que receberá aporte superior a R$ 1 bilhão, o que seria para o governo do Estado melhorar a infraestrutura e a segurança, questionou.

Plano estratégico - Ainda segundo a secretária, a administração municipal, em parceria com a AMG, está elaborando o Plano de Ação Estratégico com o objetivo de reduzir os impactos negativos causados pela imigração de mão de obra.

A Prefeitura vem dialogando com a AMG a implantação deste projeto por conta da importância para a economia e desenvolvimento da cidade. "Esta parceria cria uma ambiência de negócio muito boa, mas é preciso deixar claro que todo investimento gera impacto. Para que a cidade absorva este investimento da forma mais branda possível, principalmente a população, alguns investimentos precisam ser feitos em infraestrutura e segurança", destaca o consultor de Relações Econômicas e Institucionais da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig), Waldir Salvador.

DIVULGAÇÃO / AMIG

AMG anunciou um plano de investimentos de R$ 1,4 bilhão para triplicar a produção de lítio

Estado afirma estar aberto ao diálogo

Em nota, o governo de Minas Gerais se pronunciou dizendo que tem, continuamente, envidado esforços para promover não só o desenvolvimento de infraestrutura, suporte à população e mais segurança, como também para melhorar a qualidade de vida dos mineiros - através da geração de empregos e renda - e impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado.

"A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) conta, por exemplo, com várias políticas públicas de apoio aos municípios, que focam, entre outros, o estímulo à liberdade econômica como caminho para a atração de investimentos privados e o crescimento local. Parceiro dos municípios, o governo de Minas está sempre aberto ao diálogo, ouvindo e mapeando as demandas, com o intuito de encontrar soluções eficientes e sustentáveis", finalizou a nota. **(RM)**

FAZENDA

Governo anunciará medidas de compensação da desoneração da folha

São Paulo - O Ministério da Fazenda estendeu o prazo e pretende divulgar, até o começo da semana que vem, as medidas de compensação para a perda de arrecadação do governo com a desoneração da folha de pagamentos das empresas de 17 setores e dos municípios. Inicialmente, o anúncio seria feito até na sexta-feira (24).

A informação foi dada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, as medidas já estão definidas, e a pasta só encontra o melhor momento para anunciá-las.

"A gente ainda não apresentou, porque queremos apresentar de uma só vez. E, como tem Rio Grande do Sul e tem uma série de outras coisas urgentes e prioritárias acontecendo agora, nós estamos trabalhando nisso nessas últimas semanas. E não é um trabalho simples, você tem que fazer as contas e calibrar", disse no gabinete do Ministério da Fazenda, em São Paulo.

As medidas, apontou, precisarão ser aprovadas pelo Congresso. Questionado sobre uma eventual insatisfação de parlamentares com as compensações estabelecidas, Durigan disse que se o Congresso barrá-las, "os benefícios também não serão aceitos".

"É um pouco antecipar o que a reforma tributária traz como novidade. Na tributária, se você for baixar uma alíquota de IVA em um determinado produto, isso automaticamente vai impactar na alíquota comum", acrescentou.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige medidas para compensar renúncias, seja com aumento de tributos, corte de outras renúncias ou de despesas. O governo tem optado por propor medidas de alta de arrecadação e de combate da erosão da base tributária.

Na quarta, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse que o conjunto de medidas será no valor de R$ 25,8 bilhões.

O valor projetado pelo Ministério da Fazenda é muito superior ao estimado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no anúncio do acordo fechado com o governo para manter a desoneração integral neste ano e começar com uma reoneração gradual a partir de 2025. Pacheco estimou um custo de R$ 17,2 bilhões.

Durigan disse que Pacheco conhece as linhas gerais das medidas compensatórias que serão apresentadas pela Fazenda, mas não as ações na íntegra. **(Pedro Lovisi e Vitor Rosasco/Folhapress)**

ÔNIBUS

Resolução vai incentivar produção nacional

Brasília - Ônibus e os sistemas metroferroviários e respectivos componentes de fabricação dentro do País passarão a ter a preferência nas aquisições do governo federal. Ou seja, além dos veículos e composições de trens e metrôs, as partes que envolvem o equipamento completo – chassis, carrocerias, acumuladores elétricos, aparelhos de sinalização, segurança, controle e comando – terão margem de preferência nas licitações.

A resolução (nº 1 de 2024) foi aprovada pela Comissão Interministerial de Compras Públicas, que se reuniu, pela primeira vez na quinta-feira (23), em Brasília, na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A decisão, portanto, define o primeiro grupo de manufaturados que serão objeto de margem de preferência normal nas licitações.

A iniciativa busca estimular a concessão de investimentos para a produção nacional, de modo que empresas brasileiras se tornem mais competitivas, quando comparadas a empresas estrangeiras. O financiamento de inovação é um quesito essencial para países que queiram competir internacionalmente, conforme defendeu o MGI.

Para a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, essa iniciativa irá colocar produtores nacionais em nível de competitividade com produtores externos.

"Você tem uma competição internacional gigantesca nessa área. Se a gente não se proteger, a gente vai ser inundada por produtos importados, sem capacidade de produzir aqui", afirmou a ministra.

"O próprio processo de se estabelecer margem de preferência e regra de contrato local faz parte de uma combinação de coisas essenciais para qualquer país que queira minimamente disputar o mercado (da inovação)", observou Esther Dweck.

De acordo com ela, a maioria dos países já trabalha com margens de preferência, como é o caso dos EUA. Na última semana, o país estabeleceu a tributação de 100% em carros elétricos importados da China, como uma medida protetiva ao mercado norte-americano. Nesse contexto de alta competitividade, é de extrema relevância que as empresas instaladas no país, que geram empregos e tributos para o governo, tenham vantagem competitiva nas compras públicas.

Ganho na inovação - "A gente tem que ser capaz de fazer inovação aqui e não ficar refém da inovação fora, porque, muitas vezes, o grande ganho está na inovação, inclusive, na capacidade de concorrer internacionalmente. Às vezes, você financia isso com verbas públicas e, na hora de comprar, você compra um produto importado, e não é esse produto que está sendo financiado publicamente com inovação aqui no Brasil", explicou a ministra.

Além de permitir e ampliar a competitividade da indústria nacional, essa valorização reflete em outros pontos, como a geração de emprego e arrecadação de tributos.

"A gente fez as margens (de preferência) para as áreas de ônibus e metroferroviário. Com isso, a gente vai ter a renovação da frota de ônibus, tem a questão do sistema metroferroviário, que é uma expansão desse transporte público. A gente está, na verdade, garantindo que se utilize esse poder de compra do Estado de forma a fomentar emprego e renda no Brasil, e também tributos", esclareceu Esther Dweck.

Impactos - A Comissão estimou os impactos econômicos da aplicação das margens nos dois setores, considerando a sua produção nacional ao invés de no exterior. Calcula-se que para cada R$ 1 milhão gasto em ônibus na indústria brasileira, o valor bruto da produção no Brasil aumenta em torno de R$ 2,29 milhões. Já para sistemas metroferroviários, o impacto total do mesmo investimento seria de até R$ 1,71 milhão.

Em razão do aumento da produção no País, estima-se que para cada R$ 1 milhão gasto, as margens de preferência têm potencial de manter ou gerar nove postos de trabalho para o setor de ônibus e sete para o de sistemas metroferroviários. Além disso, o custo do instrumento é baixo para o Estado e pode, inclusive, gerar um ganho fiscal, por viabilizar o aumento da arrecadação no País. **(Agência Gov)**

Alteração do edital do pregão eletrônico nº 90008/2024 publicado no dia 09/05/2024, página 7.Retirada do item 3 do termo de referência. Nova data e horário para abertura das propostas: 13/06/2024 as 09h00min.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024.

Anderson Luís Coelho - Presidente do CREFITO-4.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE MALHAS E DE CURTIMENTO DE COUROS E PELES NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Edital de convocação – "O Presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas e de Curtimento de Couros e Peles no Estado de Minas Gerais, convoca os Associados Regulares para a Assembleia Geral, a se realizar no dia 04 de junho de 2024, na Avenida do Contorno, 4456, Funcionários, nesta CAPITAL, às 16 horas em primeira convocação e às 16h30 em segunda convocação, para deliberarem sobre: a) Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Aprovação de contas do exercício 2023. Belo Horizonte, 24 de maio de 2024".

AROLDO TEODORO CAMPOS |PRESIDENTE

SINDICATO DOS MOINHOS DE TRIGO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Edital de convocação – "O Presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo do Estado de Minas Gerais, convoca os Associados Regulares para a Assembleia Geral, a se realizar no dia 03 de junho de 2024, na Avenida do Contorno, 4456, Funcionários, nesta CAPITAL, às 15 horas em primeira convocação e às 15h30 em segunda convocação, para deliberarem sobre: a) Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Aprovação de contas do exercício 2023.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024".

SÉRGIO FERNANDO DE MACEDO MOURA |PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO referente ao concurso público para provimento de cargos/funções públicos(as) para os quadros de pessoal do Município de Itanhomi/MG - **Edital nº 001/2023.** O Exmo. Sr. Raimundo Francisco Penaforte, DD. Prefeito do Município de Itanhomi/MG, torna público a disponibilização da Retificação nº 002, referente ao Edital nº 001/2023 do Concurso Público do Município de Itanhomi/MG e esclarece que o extrato será afixado no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Itanhomi/MG. A Retificação nº 02 será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: novo.ibgpconcursos.com.br. Itanhomi, 23 de maio de 2024.

Dr. RAIMUNDO FRANCISCO PENAFORTE - Prefeito Municipal.

Edital com prazo de 30 dias Saibam todos quantos o presente edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Iturama-MG., corre os autos da Ação Monitória nº 0037054-13.2014.8.13.0344, requerida por Kirton Bank S.A - Banco Multiplo contra Genival Donadello Bento em que foi afirmado que GENIVAL DONADELLO BENTO, encontra-se em lugar incerto e não sabido. Assim, fica devidamente citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 35.262,47 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), executar a obrigação de fazer ou de não fazer ou entregar a coisa, se for o caso, acrescido em qualquer situação, do pagamento honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, hipótese em que, pagando, ficará isento de custas processuais.Fica a parte advertida de que não sendo embargada a ação ou rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o Título Executivo Judicial, convertendo-se este Mandado em Mandado Executivo, prosseguindo-se na forma prevista no Título II do Livro I da Parte Especial do Código de Processo Civil. Para o conhecimento de todos, e principalmente do requerido, publica-se o presente no Diário do Judiciário e no jornal de ampla circulação nesta Comarca. Iturama/MG, 17 de abril de 2024. K-24e25/05

COMÉRCIO EXTERIOR

Exportações registram novo recorde

Receita chegou a US$ 5 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024; valorização do café turbina alta em Minas

MICHELLE VALVERDE

As exportações do agronegócio de Minas Gerais, ao longo dos primeiros quatro meses de 2024, registraram um novo valor recorde para o período. De acordo com os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a receita gerada com os embarques chegou a US$ 5 bilhões, superando em 13% o montante registrado no mesmo intervalo de 2023. A alta é atribuída à valorização do café, principal produto exportado do setor, e também ao bom desempenho do grupo de carnes e do complexo sucroalcooleiro.

Conforme os dados, entre janeiro e abril, o agronegócio de Minas Gerais destinou ao mercado externo 5,18 milhões de toneladas de produtos. Desta forma, houve um aumento no volume de 16,15% quando comparado com o mesmo intervalo do ano passado.

Durante o primeiro quadrimestre, os embarques do agronegócio de Minas representaram 37,4% das vendas internacionais feitas pelo Estado. Ao longo do 1º quadrimestre do ano, as exportações totais de Minas Gerais somaram US$ 13,4 bilhões, representando, assim, um aumento de 8,8% se comparado ao mesmo período em 2023.

"O bom desempenho das exportações é justificado pela valorização do café no mercado externo, além do aumento nos embarques de produtos relevantes, como os complexos soja e sucroalcooleiro e as carnes", explicou a assessora técnica da Seapa, Manoela Teixeira.

Os produtos agrícolas e pecuários produzidos em Minas Gerais tiveram como destino 155 países. Dentre os principais parceiros comerciais, conforme a Seapa, estão a China, que lidera com um faturamento de US$ 1,4 bilhão no primeiro quadrimestre, seguida então pelos Estados Unidos (US$ 533,1 milhões) e Alemanha (US$ 389 milhões). Também configuram entre os principais compradores dos produtos a Bélgica (US$ 242 milhões) e a Itália (US$ 226 milhões).

> *Montante superou em 13% valor registrado de janeiro a abril de 2023; alta é atribuída, além do preço do café, ao bom desempenho do grupo carnes e do setor sucroalcooleiro em Minas Gerais*

Principais produtos - De acordo com os dados divulgados pela Seapa, o café seguiu liderando os embarques do agronegócio de Minas Gerais. Ao todo, entre janeiro e abril, as exportações movimentaram US$ 2,27 bilhões, resultando, então, em uma alta de 31,7%. O volume de café embarcado ficou 35,7% maior, chegando, portanto, a 10,4 milhões de sacas de 60 quilos. Com a alta em volume e valor, as exportações de café representaram 45,4% do total registrado nos embarques do setor agropecuário.

Outro destaque no período foi o complexo sucroalcooleiro. Conforme os dados, as exportações dos produtos movimentaram US$ 554 milhões, superando em 77,4% o valor registrado entre janeiro e abril de 2023. Quanto ao volume, 1,08 milhão de toneladas, a alta também foi expressiva, de 57%.

Segundo a Seapa, as exportações totais do grupo das carnes foram de US$ 439 milhões, aumento de 11,7%. Ao todo, foram 141 mil toneladas de carnes enviadas ao exterior. Assim, a participação do grupo ficou em 9%, considerando as vendas internacionais do setor agropecuário de Minas.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Café seguiu liderando embarques e, ao longo de quatro meses, receita foi de US$ 2,27 bilhões

Entre as carnes, o destaque positivo foi a bovina. Ao todo, a receita com as exportações chegou a US$ 312 milhões, alta de 28,7%. Em volume, foram 72,8 mil toneladas, 40,2% a mais.

As exportações de carne suína encerraram o período com receita de US$ 12,1 milhões e 6,5 mil toneladas embarcadas. Resultando, então, em aumento de 5,1% na receita e de 17,3% no volume destinado ao mercado externo.

Já na carne de frango, os embarques movimentaram US$ 110 milhões, queda de 18,8%. O volume exportado, 59,8 mil toneladas, retraiu 11,3%.

DIVULGAÇÃO / ADOBESTOCK

Queda na soja é atribuída à baixa do preço da *commodity*

Soja tem queda de mais de 15% em faturamento

Ao longo do primeiro quadrimestre, as exportações do complexo soja alcançaram US$ 1,15 bilhão, registrando, então, queda de 15,9% no faturamento. O resultado é atribuído à baixa do preço da *commodity* no mercado internacional e à diminuição das compras chinesas e tailandesas. Por sua vez, o volume embarcado registrou crescimento de 8%, chegando, então, a 2,6 milhões de toneladas.

Retração também nas exportações dos produtos florestais. Os embarques do grupo movimentaram US$ 353 milhões entre janeiro e abril, representando, assim, uma queda de 19%. Ao todo, foram 561,2 mil toneladas embarcadas, ficando, então, praticamente estável, com variação negativa de apenas 0,5%. **(MV)**

WENDERSON ARAUJOTRILUX

Todos os produtores comemoraram a premiação da CNA em solenidade realizada na sede da confederação, em Brasília

CAFÉS ESPECIAIS TORRADOS

Dois mineiros entre os melhores do País

LEONARDO MORAIS

Duas marcas de cafés especiais torrados de Minas Gerais figuram entre as cinco melhores do Brasil na categoria "Arábica" do Prêmio CNA Brasil Artesanal. "Portilho Cafés Especiais", de Luisburgo, na Zona da Mata, e "Doce Cafeína" de Cristina, no Sul do Estado ficaram em 3º e 4º lugares, respectivamente, na premiação liderada pelo Café Família Protazio, de Dores do Rio Preto, no Espírito Santo.

A cerimônia que condecorou os melhores cafés do País aconteceu na noite de quinta-feira (23), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília.

Além da categoria "Arábica", o prêmio também agraciou produtores do café "Canéfora" (robusta e conilon), premiando também os cinco melhores. O grande destaque da noite foram marcas do estado de Rondônia, premiadas em todas as posições desta categoria.

No total, foram avaliadas 232 marcas de cafés especiais torrados de pequenos produtores rurais de todo o Brasil. Após a seleção dos dez melhores rótulos pela equipe técnica especializada, o público geral também avaliou os produtos na fase júri popular. Em Belo Horizonte, na semana anterior ao prêmio, quem passou pelo Boulevard Shopping, na região Leste da cidade, conseguiu experimentar e avaliar as dez marcas de cafés especiais finalistas do Prêmio CNA Brasil Artesanal Cafés Especiais Torrados. Os clientes aprovaram a ação e ressaltaram a importância de ações que compartilhem com o público os diferentes sabores e variedades dos cafés brasileiros. É o chamado teste sensorial e o público prova os cafés às cegas.

História - Após a seleção técnica e popular, a última etapa analisou a histórias dos cafés especiais contadas por cada produtor responsável. Eles detalharam sobre os primeiros passos da marca, o processo produtivo utilizado na produção, as tradições e as regionalidades características do produto.

Segundo a organização do concurso, todos os cinco primeiros colocados nas duas categorias receberam certificados e prêmios em dinheiro. Além disso, os três primeiros colocados de cada categoria receberam troféus e um selo de participação: ouro, prata ou bronze, de acordo com a classificação.

Realizada desde 2019, esta premiação da CNA conta com a parceria da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), além da consultora e barista Helga Andrade, especialista em cafés. Além da cafeicultura, o concurso também busca reconhecer produtores de outras especialidades como queijos, salames, cachaças, azeites, vinhos e espumantes, além de chocolate.

BANCO DO NORDESTE

Agroamigo aplicou R$ 3,3 bi na agricultura familiar de Minas Gerais

KLAUCIUS RICARDO*

O programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste (BNB), Agroamigo, que foi lançado há 19 anos, já auxiliou a agricultura familiar de Minas Gerais com R$ 3,3 bilhões ao longo do período, valor que representa 9,43% do total investido.

Além do Estado, em números totais, o projeto ultrapassou a casa dos R$ 35 bilhões aplicados na região Nordeste e em áreas do estado do Espírito Santo. O aporte ajudou 2,9 milhões de produtores rurais por meio de 7,6 milhões de operações.

Além de contribuir para o trabalho dos empreendedores rurais, o Agroamigo estimula a inclusão financeira dos clientes, ao mesmo tempo, em que mantém uma adimplência de 97%. Somente no ano passado, os contratos firmados com mulheres superaram o volume de financiamentos com homens.

Em 2023, o Agroamigo se tornou o maior programa do segmento na América do Sul, com cerca de R$ 5,67 bilhões contratados. Segundo dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), o valor resultou em uma elevação de R$ 2,12 bilhões para a massa salarial, R$ 13,7 bilhões no valor bruto da produção, R$ 7,7 bilhões adicionais para a economia do Nordeste e R$ 1 bilhão na arrecadação tributária.

"O programa tem ajudado a transformar a realidade da agricultura familiar na nossa região, promovendo desenvolvimento econômico, inclusão social e financeira. A trajetória do Agroamigo reflete o compromisso do BNB com a melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores e a sustentabilidade do meio rural", ressalta o presidente do BNB, Paulo Câmara.

Segundo o superintendente de Agronegócio e Microfinança Rural do BNB, Luiz Sérgio Farias Machado, a iniciativa do banco de fomento também atua no aprimoramento das finanças pessoais: "Percebe-se, entre os clientes do Agroamigo, a melhoria da renda e consequente diminuição da pobreza. Além disso, o programa contribui para a redução do êxodo rural".

Ainda de acordo com Machado, quanto maior o tempo de adesão das famílias ao projeto, maiores são as melhorias nas condições socioeconômicas, uma vez que, segundo um estudo realizado pela instituição, 95,6% dos novos clientes afirmaram que sua renda aumentou, já os associados com mais de cinco anos no programa, fazem o percentual elevar para 99,3%.

**Estagiário, sob supervisão da edição*

JORNALISMO PROPOSITIVO

Mudanças climáticas exigem ações efetivas

Catástrofe das enchentes no Rio Grande do Sul levanta indagações como estados e cidades se preparam para a questão

ADRIANA MULS
Presidente e Diretora Editorial
do DIÁRIO DO COMÉRCIO

A situação das enchentes do Rio Grande do Sul levantou o questionamento sobre como os Planos de Ação Climática (Plac) são criados, executados e monitorados nos estados e nas cidades. É pública e de senso comum a previsibilidade de chuvas e alagamentos. Ter um plano no papel não é suficiente para impedir a morte de 157 pessoas e afetar a vida de 2,3 milhões de outras, deixando quase a totalidade do Rio Grande do Sul devastada.

Além da efetividade dos planos locais, é preciso pensar em políticas nacionais para uma nação continental. O Senado aprovou em 15/5 o projeto de lei que estabelece regras gerais para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas (PL 4.129/2021).

Penso ser bom ter um plano nacional de adaptação à mudança do clima em articulação com estados e municípios. Criação de instrumentos econômicos, financeiros e socioambientais que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura, além de promover a integração entre as estratégias locais, regionais e nacionais de redução de danos e ajuste às mudanças. Outra vez, precisa ser mais que documento.

Minas Gerais tem um Plac muito bem feito e atualizado ano passado. Ele é uma das iniciativas que converge com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS 13, que trata da Ação contra a Mudança Global do Clima. Élida Ramirez saiu com a missão de saber o que já é prática no plano mineiro. Encontrou alguns avanços e muitos desafios.

As dificuldades em implementar um plano intersetorial como política de Estado, a falta de ferramentas de monitoramento do Plac em tempo real e articulação com os municípios são alguns dos estraves para a efetividade do plano mineiro. Por outro lado, ações de mitigação de seca e qualidade da água têm sido priorizadas.

No MM2032 primamos por soluções e a alteração climática é um dos cinco temas prioritários para 2024 em nossas produções de conteúdo. Queremos mais que um leitor, buscamos um agente. Por isso, convoco você leitor, especialmente empresários e gestores públicos, a dedicarem tempo ao raio X minucioso que fizemos sobre o Plac mineiro para que estejamos juntos em sua implantação.

PLAC-MG

Plano de ação de Minas Gerais ainda precisa avançar muito

ÉLIDA RAMIREZ
Colaboradora

A implantação e o monitoramento do Plano de Ação Climática de Minas Gerais (Plac/MG) ainda desafiam o poder público. Das 199 metas traçadas a serem implementadas para o combate às alterações climáticas no Estado, 41 - ou 20% - são monitoradas trimestralmente. Até o momento, foi feito apenas um relatório com dados do último trimestre de 2023. E o segundo relatório de monitoramento, referente ao 1º trimestre de 2024, está em fase de conclusão. Já o *status* das 80% metas restantes do plano é pouco conhecido porque elas são precariamente monitoradas pelo Estado.

Os dados são da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semad), que informou que o Plac ainda está em fase inicial, o que impossibilita a visualização geral e detalhada dos *status* de implementação de cada uma das metas. Para a Semad, o monitoramento adequado induz a execução das metas, com foco no prazo final definido para cada uma delas, que está, na média, dentro do esperado. Porém, a pasta reconhece para que sua efetivação aconteça, são necessários ajustes.

Marília Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente, explica que alguns dos principais desafios do Plac, nessa fase de aceleração, são a necessidade urgente de automatização do controle das metas e da gestão intersetorial. E que isso tem dificultado a atualização permanente do plano e sua transparência completa à sociedade.

"O monitoramento da implementação integral das metas do Plac-MG compete à Semad, ao passo que a responsabilidade pela execução de cada uma das metas compete à entidade/órgão do Estado indicado. Foi feito um primeiro relatório, e o segundo está quase pronto. Mas o processo de monitoramento não é integrado e ainda é manual. Reconhecemos que podemos atuar de modo mais integrado, rápido e tecnológico", pontua.

A secretária completa que está sendo desenvolvida a ferramenta de Mensuração/Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) Climático, que é um instrumento fundamental para a execução de qualquer planejamento referente à crise do clima. O objetivo é mensurar as emissões de gases de efeito estufa evitadas e o estoque de CO^2. Assim, como o aumento da resiliência do território mineiro, a partir da evolução das metas do Plano de Ação Climática. A previsão da Semad é que a ferramenta MRV Climático seja concluída até dezembro de 2024, que viabilizará, assim, a automatização do monitoramento das 199 metas do Plac, em atendimento aos compromissos assumidos na Campanha Race to Zero.

> *Secretaria de Estado do Meio Ambiente informou que o Plac ainda está em fase inicial, o que impossibilita visualização detalhada do status de cada meta*

Plano recente - O Plac-MG foi elaborado em 2022 pela Carbon Disclosure Project (CDP) e pela International Council for Local Environmental Initiatives (Iclei). Ambas são instituições internacionais que atuam junto aos governos para soluções de desenvolvimento sustentável. Anterior à sua criação, existia o Plano Estadual de Energia e Mudanças Climáticas (Pemc), construído em 2014. O Plac veio para ampliar a abrangência e atualizar às necessidades ambientais de Minas Gerais.

Nesse sentindo, a proposta do plano mineiro é criar alternativas às mudanças do clima tendo como base quatro eixos: mitigação, inovação tecnológica, adaptação e justiça climática. Foram definidos 12 setores estratégicos, que são os seguintes: Transporte e Mobilidade; Indústria; Energia; Saúde; Resíduos; Agropecuária; Povos e Populações Vulneráveis; Biodiversidade e Ecossistemas; Gestão de Risco e Desastre; Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática; Segurança Alimentar e Nutricional, e Segurança Hídrica.

Dentro do contexto dos eixos, o plano foi subdivido em 28 ações, 103 subações e 199 metas, com prazos definidos para execução e endereçados aos referidos órgãos e entes de Estado. Atualmente, está na fase de aceleração, com a priorização de 41 das 199 metas. Contudo, o *status* de sua implementação é desconhecido porque o monitoramento efetivo de todo Plac ainda não acontece na prática.

Política de Estado - Para a secretária Marília Melo, o plano é de excelência e tem se convertido em uma política de Estado que precisará de permanentes atualizações. As atribuições da Semad são importantes, contudo, é fundamental também o engajamento de outras áreas e dos municípios para que a agenda climática avance. A gestora reforça que as cidades devem ter um diagnóstico próprio, a partir de um inventário de suas emissões setoriais, e desenvolver seus respectivos planos de ação climática. Atualmente, só três municípios já possuem seus planos: Belo Horizonte, Itabirito e Contagem.

Julia Espeschit, consultora de sustentabilidade e especialista em monitoramento e avaliação, complementa ainda que para a implementação, a intersetorialidade, a gestão e atualização das metas, bem como a adesão das cidades e de todos os atores sociais, são tão importantes quanto o *timing* das iniciativas.

E acrescenta que os gestores públicos têm um papel crucial: "O governo precisa garantir a participação qualificada e informada de todos esses atores para que o Plac não seja só discurso e papel e, sim, uma prática. Empresários devem investir em projetos e atuar nas cidades. E a sociedade precisa entender e cobrar ativamente para que o Plac de Minas saia do papel. Vimos isso no Rio do Grande do Sul e temos a oportunidade de acelerar a implementação do plano para que não aconteça aqui o que aconteceu lá. O monitoramento e a transparência são urgentes."

REPRODUÇÃO / 24NOVEMBERS - STOCK.ADOBE.COM

DIVULGAÇÃO / SEMAD

Secretária Marília Melo: há necessidade de automatização

ALMG promove encontros com a sociedade

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) está promovendo uma série de sete encontros entre os dias 20 de maio e 21 de junho para debater as alterações climáticas nas cidades.

O primeiro - "Crise Climática em Minas Gerais: Desafios na convivência com a seca e a chuva extrema" - já aconteceu em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, no último dia 20 de maio. A cidade bateu recorde de temperatura no Brasil no ano passado: 44,8 graus em novembro. Parlamentares, lideranças locais e a população participaram das discussões que buscam alternativas para uma melhor convivência com os eventos climáticos extremos, que são cada vez mais comuns.

Itajubá, Juiz de Fora, Governador Valadares, Montes Claros, Uberlândia e Unaí também estão na programação.

Os eventos são abertos à participação da sociedade civil e demais interessados e as inscrições podem ser feitas acessando o seguinte link: *https://www.almg.gov.br/participacao/eventos/2024/crise-climatica/programacao/interior/*(ER)

DOA MG - VIRADA CLIMÁTICA

A Virada Climática BH é um movimento da sociedade civil para debater as políticas climáticas Belo Horizonte. Desde 2023, se constitui como rede de coletivos e pessoas engajadas nas soluções sobre a questão climática. A Virada Climática 2024 vai acontecer no dia 8 de junho, no Parque Municipal Américo Renne Giannetti, no centro da Capital, com a expectativa de público de 3 mil pessoas. O evento terá oficinas, palestras, apresentações culturais, artísticas e rodadas de conversa e várias outras atividades. Toda a programação é gratuita. Para que a edição deste ano aconteça, a organização arrecada contribuições de empresas, parceiros e sociedade.

Veja as formas de ajudar:
- Doações financeiras

Contribuições de produtos e serviços, como:
- Tendas

Som, microfones e equipamentos audiovisuais
- Divulgação em veículos de comunicação de amplo alcance, como rádio, jornais e televisão
- Voluntariado para promoção de acessibilidade das ações (libras, por exemplo) e para a gestão do evento no dia

Fone e link para doar:
Julia Espeschit – (31) 98452-2001
https://viradaclimatica.nossabh.org.br/

PESQUISA

43% das empresas devem contratar no 2º trimestre

Minas Gerais está entre os estados com as maiores intenções, cerca de 25%

A expectativa líquida de emprego no Brasil - calculada subtraindo-se empregadores que planejam fazer reduções na equipe daqueles que planejam contratar - é de +18% para o 2º trimestre de 2024, uma queda de 13 pontos percentuais no comparativo com o trimestre anterior, que foi +31%. A porcentagem de empregadores que esperam reduzir os níveis de contratações subiu de 16% para 22%.

A porcentagem de empregadores que planejam contratar foi de 48% no trimestre anterior para 43% no segundo trimestre de 2024. Os dados são da "Pesquisa de Expectativa de Emprego - Q2 2024", estudo exclusivo e preditivo desenvolvido trimestralmente pelo ManpowerGroup, líder global em soluções de força de trabalho, que revela as intenções de contratação nos âmbitos nacional e global para o 2º trimestre de 2024.

Entre os setores com maior expectativa de demanda de posições no País estão os de Tecnologia da Informação (36% das organizações no setor esperam contratar), Energia & Serviços de utilidade pública (34%), Saúde & Ciências da Vida (27%), Finanças & Imobiliário (20%) e Serviços de Comunicação (17%).

Já no cenário global, o setor de TI lidera o *ranking* de expectativa de contratações (34%), seguido pelo setor de Finanças & Imobiliário (29%), Saúde & Ciências da Vida (26%), Indústria & Materiais (21%), Bens de Consumo e Serviços e Energia & Serviços de utilidade pública (18%).

O estudo também analisou a intenção de contratação de acordo com o porte das empresas no Brasil. As grandes empresas têm a maior expectativa de contratações, com um percentual de 30% para as companhias com 1.000 a 4.999 colaboradores, seguido por organizações com mais de 5.000 colaboradores, com 24%, e empresas de 250 a 999 colaboradores, com 23%.

Minas Gerais - O levantamento traz, ainda, a intenção de contratação por estados do Brasil. O destaque positivo ficou para o estado do Paraná com o melhor índice (28%), à frente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ambos com 25%.

Na análise global do estudo, os empregadores continuam prevendo a contratação de mais trabalhadores no segundo trimestre de 2024, relatando uma expectativa líquida de emprego ajustada sazonalmente em +22%.

Entre os países analisados, as intenções de contratação mais fortes estão na Índia (36%), seguida pelos Estados Unidos (34%) e China, Costa Rica e Países Baixos, com 32%. O Brasil está em décimo oitavo lugar com +18%. O cenário mais fraco é reportado na Romênia, com -2%.

As grandes empresas têm a maior expectativa de contratações, com 30% para as companhias com 1.000 a 4.999 colaboradores, seguido por organizações com mais de 5.000 colaboradores, com 24%

DIVULGAÇÃO / MANPOWERGROUP BRASIL

Investir em capacitação é fundamental, diz Nilson Pereira

Investimento em desenvolvimento interno - O cenário desse último estudo mostra uma queda na expectativa de contratações no Brasil. Em paralelo, desde o ano passado, há uma clara movimentação em prol de se desenvolver colaboradores que já estão nas companhias.

A pesquisa de escassez de talentos 2023 revelou que 82% das organizações no Brasil estão investindo no desenvolvimento dos colaboradores. Já o levantamento deste ano mostrou que, além de apostar no aprendizado dos talentos internos, as empresas estão buscando novas formas de reter essas pessoas: 33% dos empregadores planejam oferecer mais flexibilidade sobre quando os colaboradores trabalham, 32% sobre onde eles trabalham e 30% pretendem aumentar seus salários.

"Buscamos sempre reforçar a importância de as organizações investirem em capacitação constante como forma de combater a escassez, e o que temos observado é que muitas delas passaram a enxergar o potencial desse investimento para resolver o gargalo. É muito importante que as empresas compreendam o seu papel no aprendizado contínuo dos profissionais", comenta o Country Manager do ManpowerGroup Brasil, Nilson Pereira.

A próxima pesquisa será divulgada em junho e reportará as expectativas de contratação para o terceiro trimestre de 2024.

GESTÃO DE PESSOAS

Felicidade corporativa é uma urgência

Discutir e implementar medidas que promovam a felicidade corporativa nas empresas não é mais uma onda de tendência futura, é uma urgência do presente. O maior especialista no Brasil, fundador da Vinning - consultoria de felicidade corporativa - e professor de Felicidade Corporativa e Liderança na Fundação Dom Cabral (FDC), Vinicius Kitahara, chamou a atenção de todos os participantes do "Comitê Aberto: Felicidade corporativa e liderança com propósito", realizado recentemente pela Amcham Minas Gerais (Amcham MG).

Segundo ele, as ondas de tendência no mundo corporativo foram definidas da seguinte forma: no passado foi a sustentabilidade corporativa, no presente são a diversidade, equidade e inclusão, e no futuro seria a felicidade corporativa (saúde mental e *wellbeing*). "Mas, a pandemia acelerou esse processo e o que tínhamos projetado se tornou uma demanda urgente nas organizações", destaca.

Essa afirmativa se relaciona com o resumo científico divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022, o qual revela que no primeiro ano da pandemia a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%. "Estima-se que os problemas de saúde mental retirem um trilhão de dólares da economia mundial a cada ano, mas é possível mudar este cenário. Estudo da Universidade Oxford pesquisou a relação entre bem-estar e lucratividade com mais de 15 milhões de respostas e em mais de 1.600 empresas. Para cada US$ 100 investidos, o maior retorno de lucro foi registrado naquelas onde o índice de bem-estar é alto", explica Kitahara.

Ele também trouxe para o debate dados que demonstram o impacto da felicidade corporativa em números, dos quais destacam-se: aumento da produtividade de até 31% (Harvard Business Review); aumento em retenção de até 44% (Gallup); crescimento em inovação de até 300% (HBR), redução em ausências por doença de até 66% (Forbes), diminuição em turnover de até 51% (Gallup) e redução em burnout de até 125% (Greenberg & Arawaka).

Implementação - Pioneiro no País quando o assunto é felicidade corporativa, Vinicius Kitahara é consultor de grandes marcas e tem transformado a visão das empresas sobre o assunto. Na Heineken Brasil, empresa com mais de 14 mil colaboradores, foi responsável por implementar a Diretoria de Felicidade, ação também feita na Chilli Beans, inclusive, com a contratação do Chief Happiness Officer (CHO). A função deste profissional dentro das empresas é compreender o estado de felicidade e satisfação dos colaboradores, descobrir quais são os motivadores que aumentarão esses índices e elaborar estratégias de viabilidade.

"Esse trabalho possui três pilares. A alta liderança estar alinhada ao desejo, ter mensuração e engajamento de maneira externa - faturamento, produtividade - e a formação dos embaixadores da felicidade nas empresas", destaca o professor. Ele explica que a transformação cultural vem por meio da formação de embaixadores e é feita, por exemplo, com uma aula por semana, estruturada em níveis. Outro ponto de destaque é o conceito de felicidade. "O que define a felicidade é a qualidade das relações. As pesquisas têm demonstrado que a grande maioria dos colaboradores tem menos de cinco pessoas com boa relação. Para transformar essa situação é preciso de mais tempo de conexão."

O professor finaliza ao reforçar cinco formas simples de conexão para melhor a felicidade corporativa. "Comer juntos, beber juntos, aprender juntos, divertir juntos, sofrer juntos. O *happy hour* é importante, o tempo no cafezinho aproxima as pessoas, a escuta por parte da alta liderança inspira. Quando as conexões são cotidianas, as soluções dos problemas também se tornarão."

CEO Fórum - O Comitê Aberto compôs uma ação de aquecimento para o CEO Fórum, maior evento de executivos do estado que será promovido pela Amcham MG no próximo dia 10 de junho.

A pauta do CEO Fórum neste ano será "Felicidade como Estratégia Corporativa", abordando como organizações que prezam pelo bem-estar dos colaboradores obtêm melhores resultados financeiros de forma consistente. Para enriquecer o debate o evento contará com a presença de três palestrantes internacionais e empresas referência no mercado, como Accenture, Grupo Fleury, PepsiCo e Uber. Confira mais informações no *site*: *https://www.amcham.com.br/event?eventid=22822*.

CURTAS

Modelo quiosque é opção para quem deseja investir em shopping gastando menos

Tomar a decisão de investir no negócio próprio é um momento que requer muitas escolhas. Se o empreendimento definido estiver estabelecido no mercado de franquias é comum o empresário avaliar a instalação da operação, sendo ela em uma loja de rua ou em *shopping*. Tanto um quanto outro reservam algumas vantagens e desvantagens que deverão ser analisadas de acordo com o público-alvo e as prioridades do empreendedor. Os *shoppings*, normalmente, são uma das primeiras escolhas, pelo fato de ser um ambiente com alto fluxo de pessoas, com uma localização conhecida da população e ser um local pensado para estimular as compras e consumo. O Brasil conta com 639 *shopping centers*, de acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). Além disso, conforme dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF), no ano passado, a porcentagem de franquias instaladas nesses centros de compras era de 55%. Segundo o CEO da Crepefy - marca especializada no modelo europeu de crepe francês -, André Augusto, investir em locais como esse acaba sendo uma grande vantagem para o empreendedor. "Existem duas possibilidades ao franqueado, sendo o formato loja e o quiosque, dando a ele vários valores de investimento inicial, tornando mais fácil o momento de decidir pela modalidade que se encaixe no seu perfil." O investimento inicial para uma unidade quiosque em *shopping* também é baixa, se encaixando nos valores de uma microfranquia. Outro fator que desperta a atenção do empreendedor é o alto faturamento mensal que uma operação como essa poderá proporcionar. O investimento inicial do quiosque da Crepefy é de R$ 80 mil a R$ 110 mil, incluso a taxa de franquia, capital de giro e taxa de instalação. O faturamento bruto mensal é de R$ 35 mil, com lucro líquido de 18% a 25% e o prazo de retorno do investimento de 9 a 18 meses.

Grupo 5àsec planeja finalizar 2024 com mais de 50 novas lavanderias de autosserviço

Em 2024, a 5àsec celebra 30 anos de atuação no País, tendo a operação brasileira como a maior do mundo, com 554 pontos de vendas em todos os estados. Inovando constantemente, em 2020 a rede investiu no conceito de lavanderias *self service*, bem difundido nos Estados Unidos e em países europeus, por fazer parte da cultura e dos costumes dos moradores de tais regiões. No Brasil, por exemplo, a modalidade vem conquistando uma parcela considerável da população que vive em apartamentos menores, sem espaço para uma máquina de lavar, ou até mesmo pela economia, que pode chegar a 30% ao colocarmos as despesas na ponta do lápis. Visando um perfil de público diferente, que busca características como praticidade e qualidade aliadas a um ótimo custo-benefício, esse modelo de negócio tem se popularizado de Norte a Sul do País. Levando em conta tal cenário, o grupo prospecta fechar o ano com mais de 50 novas lavanderias de autosserviço da LavPop. Ao lançar a segunda marca, uma das estratégias da 5àsec foi ingressar em um mercado em que a rede francesa não conseguiria atuar, por conta do número de habitantes e perfil do consumidor. Dessa forma, com a LavPop foi possível atingir um público mais jovem, que busca por uma lavanderia democrática. Hoje, considerando todas as unidades e seus diferentes formatos, a 5àsec está presente em 167 cidades brasileiras, enquanto a LavPop está em 33 municípios. Isso permite que haja um adensamento maior das operações, em regiões diversificadas, podendo ser feita a implantação de modelos desde os mais enxutos ou o formato padrão, até o conceito de autosserviço, que proporciona mais liberdade ao cliente.

Startup brasileira aposta no mercado de fidelização e arrecada R$ 100 mi no ano

O mercado de gestão de fidelização - isto é, de pacotes de vantagens e benefícios que buscam adesão, engajamento e vínculo do cliente a uma marca - tem crescido no mundo 17% ao ano desde 2022. Com isso, deve chegar a US$ 25,8 bilhões em 2028, aponta recente estudo da consultoria internacional Research and Markets. A incorporação de inovações tecnológicas nessa gestão é mencionada no estudo como uma das principais razões por esse impulso. É o segmento de Loyalty Techs, formado por plataformas de gestão de tais programas, conectando as empresas que oferecem pacotes a seus clientes, aquelas que são as parceiras na oferta dos benefícios e vantagens, e os consumidores propriamente ditos. No Brasil, o segmento vem sendo desbravado pela Alloyal, *startup* em franca expansão. Em 2023, ela ultrapassou a marca dos R$ 100 milhões em vendas anuais, o dobro em relação a 2022. Assim, a receita mensal subiu 150%, cruzando a marca de R$ 1 milhão por mês. No último trimestre, consolidado em fevereiro, as receitas já somam R$ 70 milhões. O potencial do mercado de gestão de fidelização enxergado pela *startup* é tamanho que levou a empresa a, inclusive, mudar de nome neste ano, para afirmar seu reposicionamento. Fundada há sete anos em Belo Horizonte com a denominação Lecupon, desde fevereiro último a plataforma se chama Alloyal. Atualmente, a Alloyal conta com uma base de 5 milhões de usuários, em 500 empresas clientes da plataforma, espalhadas em todas as regiões do Brasil. Ao todo, são 25 mil estabelecimentos cadastrados no país - entre lojas físicas e online, restaurantes, postos de combustível, passagens aéreas, entre outros.

TECNOLOGIA

Aero "surfa na onda" do combate à dengue

Número de contratos da empresa para o uso do Techdengue cresceu 104% em 2024 frente a igual período de 2023

MICHELLE VALVERDE

A mineira Aero Engenharia, empresa especializada em geoanalytics, está impulsionando os resultados com soluções voltadas para a gestão de saúde pública, especialmente no contexto das arboviroses. A empresa desenvolveu um produto, o Techdengue, que auxilia prefeituras no controle e combate ao mosquito Aedes aegypti, responsável pela transmissão da dengue, zika e chikungunya.

Com a demanda elevada, a estimativa é encerrar o ano com crescimento de 60% no faturamento. Hoje, a ferramenta representa 48% da receita da empresa. Conforme o CEO da Aero Engenharia, que tem sede na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Contagem, Cláudio Ribeiro, o Techdengue vem sendo adotado por diversas prefeituras em Minas Gerais e do interior de São Paulo.

A empresa, utilizando drones e tecnologia própria, realiza o processo completo de controle e combate ao Aedes aegytpi. Através do monitoramento georreferenciado é possível identificar áreas críticas. Assim, são entregues aos gestores públicos informações essenciais para o combate.

Análise de dados - As imagens captadas passam por análises que identificam os possíveis focos. Há também definição do volume de larvicida necessário por cada foco identificado. O pacote de tecnologia disponibiliza, ainda, pulverização remota, o que é bastante adotado para locais de difícil acesso.

Somente no primeiro quadrimestre deste ano, período que foi marcado pelo aumento substancial das arboviroses, o número de contratos da empresa para o uso do Techdengue cresceu 104% frente a igual período de 2023. Já são 275 cidades utilizando a solução. A estimativa é chegar a mais de 300 prefeituras em 2024 e a meta, para 2025, é alcançar 500 cidades.

"O Techdengue é uma nova forma de combate e controle das arboviroses. Estamos em um momento de crescimento exponencial do projeto. Isso acontece, principalmente, pela necessidade de o setor de saúde pública em investir em soluções que auxiliem no controle e combate das arboviroses".

Ainda conforme Ribeiro, o custo para as prefeituras é acessível. O valor varia conforme a demanda de cada cidade, levando em conta a área e o número de habitantes. Conforme os dados, o uso da tecnologia permite a redução de até 90% dos focos de reprodução do Aedes aegypti e a diminuição dos casos de doenças nos municípios atendidos.

> *Nos primeiros quatro meses de 2024, a participação do Techdengue na composição do faturamento da Aero subiu de 24% para 48%. Assim, a estimativa é encerrar o ano com aumento de 60% no faturamento*

Techdengue impulsiona resultados - Os resultados obtidos pela empresa com a negociação dos produtos são positivos. Nos primeiros quatro meses de 2024, a participação do Techdengue na composição do faturamento da Aero Engenharia subiu de 24% para 48%. Assim, a estimativa é encerrar o ano com aumento de 60% no faturamento da Aero Engenharia, se comparado com 2023.

Conforme Ribeiro, para avançar nos produtos e soluções, por ano, a Aero Engenharia destina cerca de 12% do faturamento, cujo valor não é divulgado, para estudos, desenvolvimentos de tecnologias, busca por problemas e soluções para os mesmos.

Além do Techdengue, a Aero Engenharia desenvolve produtos e soluções em diversos segmentos, como a mineração, infraestrutura, energias renováveis, meio ambiente, planejamento urbano, entre outros.

DIVULGAÇÃO / AERO ENGENHARIA

Uso da tecnologia da Aero Engenharia permite a redução de até 90% dos focos de reprodução do Aedes aegypti

DIVULGAÇÃO / AERO ENGENHARIA

O Techdengue é uma nova forma de combate e controle das arboviroses, garante o CEO da Aero, Cláudio Ribeiro

MOBILIDADE

Aplicativo 99 Moto já atende 282 cidades mineiras

DANIELA MACIEL

Às vésperas de completar dois anos em Minas Gerais, o aplicativo 99 Moto comemora a rápida expansão pelo Estado, presente, agora, em 282 municípios. Apenas no último ano, o número de corridas diárias pelo aplicativo na Capital teve um crescimento de mais de 50%.

De acordo com o diretor de Duas Rodas da 99, Luis Felipe Gamper, Belo Horizonte apresentou um engajamento excelente desde o início da operação e o Estado ainda reserva muitas oportunidades para categoria.

"Belo Horizonte é uma grata surpresa no Sudeste. Os picos são nos horários de *rush*. Historicamente, o Nordeste é a grande praça e BH nos surpreendeu. Isso, claro, está ligado ao menor custo – até 30% menor do que o do carro – e à agilidade. Um dos principais usos é para as pessoas se conectarem ao transporte público. Para muita gente é uma questão de segurança, especialmente para as mulheres que não querem andar sozinhas no início da manhã e no fim da noite. Elas se sentem mais seguras de moto que a pé. E preferem a moto ao carro porque não é um ambiente fechado com outra pessoa", explica Gamper. Na Capital as mulheres já são 59% dos usuários do serviço e muitas já ocupam o posto de piloto da 99Moto.

DIVULGAÇÃO / 99 MOTO

Segundo Luis Felipe Gamper, Belo Horizonte apresentou um engajamento excelente desde o início da operação

E é justamente dessa forte relação que vêm os dados que subsidiam toda a política de segurança da companhia, tanto do ponto de vista das ocorrências de acidentes de trânsito como de assédio moral e sexual.

As medidas de proteção com ferramentas tecnológicas e de treinamento são, inclusive, compartilhadas com a matriz do grupo, na China, e com as demais empresas espalhadas pelo mundo.

"Escutamos muito os passageiros e os motociclistas. O tempo todo são feitos treinamentos e aqueles que têm maior frequência no aplicativo são chamados para capacitações especiais com o objetivo que se tornem multiplicadores entre os colegas. Existem cartilhas tanto para motoristas como para passageiros. Somos rigorosos nos casos de assédio, que, por incrível que pareça, no caso das motos, acontecem mais entre homens do que com mulheres", destaca.

Ao mesmo tempo que expande a base de operações, o aplicativo de motos traça estratégias para se integrar aos esforços globais pela descarbonização da economia e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

"As motos são uma opção mais limpa do que os carros porque são capazes de andar distâncias muito mais longas com a mesma quantidade de combustível. Mas isso não limita os nossos esforços e metas. No caso dos carros, temos uma parceria com a BYD e já temos carros elétricos em uso. Vamos expandir isso. Queremos fazer isso também com as duas rodas. A moto elétrica funciona bem e tudo indica que a eletrificação da frota de motos será mais rápida que a de carro", avalia o diretor de Duas Rodas da 99.

CARREIRA

Manual ensina mulheres a quebrarem "tetos de vidro"

Obstáculos ocultos dentro das empresas impedem avanço na carreira

Mentora especialista em ascensão feminina, Karinna Forlenza, acaba de lançar pela Editora Rocco o manual de carreira que as mulheres nunca tiveram acesso. O livro "Quebre o Teto de Vidro" é um passo a passo para as mulheres que são competentes, desejam subir na carreira corporativa e não entendem por que não são reconhecidas. A obra deriva dos 25 anos de experiência de Karinna Forlenza no ambiente corporativo e de entrevistas feitas pela autora com 253 mulheres de negócios de cinco países, as quais foram essenciais para a identificação dos obstáculos ocultos dentro das empresas que, historicamente, impedem o avanço dessas mulheres ao topo.

"Nós mulheres temos crenças arraigadas em relação aos elementos que nos fariam ser reconhecidas. Geralmente têm a ver, em nosso imaginário, com características como: qualidade na entrega, criar relevância, gerar resultados, ser sincera, diligente, dedicada. Se você pensa dessa forma, como eu também já pensei há mais de 10 anos atrás, é bom rever suas prioridades. Infelizmente um bom trabalho não fala por si", comenta Karinna Forlenza.

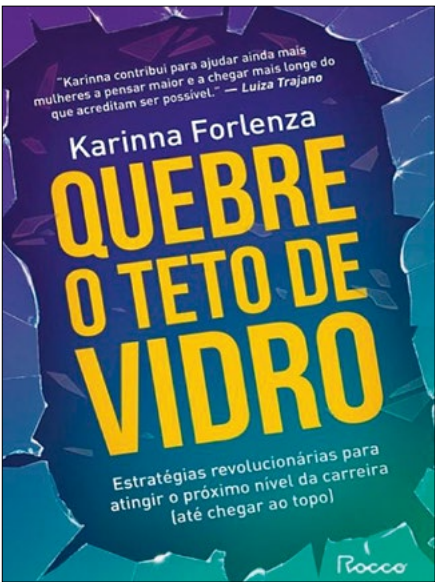
De forma esclarecedora, objetiva e pedagógica, a autora comenta que é preciso romper com essa fantasia de que um dia vai chegar "o cara do cavalo branco" para reconhecer seu trabalho e te dar um aumento ou uma promoção. "Os líderes estão voltados para si e não estão preocupados com as pessoas de baixo. Se você ficar esperando esse cara, vai ficar estagnada, portanto, para realmente evoluir, você terá que investir em três grandes pilares que, na minha opinião, são os que realmente fazem a diferença: se autopromover, desenvolver sua postura executiva e aprender a dominar o jogo político corporativo", explica.

Mas neste ponto, reside uma nova equação para resolver: quando as mulheres entendem que é preciso se autopromover, é muito comum que a estrutura patriarcal as coloque frente a frente com um novo desafio: os julgamentos contaminados pelo fenômeno de *double standards*, em tradução livre, padrões duplos.

"Se eu sou assertiva, sou vista como agressiva. Se eu sou incisiva, sou taxada de histérica. Se eu sou muito boa no que eu faço e consigo a promoção, é porque utilizei de algum artifício que não o do meu trabalho para chegar lá, se eu sou discreta, eu sou fraca e muitas outras associações que são feitas nos corredores somente por conta do gênero", complementa.

A autora explica no livro que é também este motivo que "trava" muitas mulheres a tomarem essa decisão de se autopromover. "A gente entra nessa dicotomia: se eu vender meu trabalho, eu vou ser vista dessa forma negativa? Então não vou fazê-lo. Eu não quero 'pendurar uma melancia na cabeça', ser a inadequada, ser a que incomoda porque chacoalha o barco, a arrogante, agressiva, então optamos por deixar de lado a progressão de carreira, pegamos mais responsabilidades e tarefas para dar conta, mas não conseguimos automaticamente cargo ou salário. O que eu quero com esse livro é traduzir para você, mulher, como fazer para ser vista e reconhecida, sem precisar deixar de ser quem você é e sem se masculinizar", explica Karinna Forlenza, ressaltando que tudo isso acontece em um nível inconsciente, sem que a mulher perceba de fato do que está abrindo mão.

Método "Empodera" - Karinna Forlenza parte de sua própria trajetória, mais especificamente do maior desafio que enfrentou no trabalho, quando era executiva de uma grande empresa de telefonia e estava crescendo na carreira. As coisas iam bem, fora apontada como grande talento da companhia, pois havia conquistado espaço e responsabilidade em projetos gigantescos, com influência nacional. "Me recomendaram para participar dos melhores treinamentos. Cheguei ao ponto de ser indicada como substituta do meu chefe, que estava abaixo apenas do CEO. Foi então que, sem qualquer explicação plausível, em vez de ser promovida pelas minhas entregas, fui demitida", relembra.

Foi quando decidiu que se qualificaria para ajudar um grande número de mulheres a nunca mais passar por isso. Fez diversos cursos, estudou por três anos com o professor Dr. Humberto Maturana, indicado ao prêmio Nobel e tornou-se a única sul-americana certificada em Gender Intelligence Coaching por Dr. John Gray, autor de "Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus". Depois de finalizada a qualificação com Gray, foi convidada por ele a fazer uma palestra sobre empoderamento feminino no Kuwait. A partir daí, ao encontrar o tema da sua vida, desenvolveu um método proprietário que esquematiza todo o conhecimento que reuniu nas últimas décadas: o Empodera, acrônimo para oito frases que definem os conceitos essenciais para subir na carreira que são apresentados no livro.

Discurso *versus* realidade - Frente à infinidade de empresas que estão colocando a pauta da equidade de gênero no mercado de trabalho em seus discursos, algum desavisado poderia alegar que esse é um desafio que está sendo pouco a pouco solucionado. "Reconheço que é algo que está na moda, mas observando a realidade do dia a dia das empresas e as estatísticas que reuni no livro, podemos constatar que esse problema está longe de ser superado", acredita.

A taxa de desemprego das mulheres é 20% superior à dos homens (IBGE, 2023). Já segundo o relatório da Grant Thornton, do mesmo ano, mulheres ocupam apenas 38% dos cargos de liderança no Brasil. E a realidade dos outros países é ainda pior: 48% das empresas japonesas responderam não ter mulheres em nenhum cargo de liderança. Na Coreia do Sul, esse número é de 33%.

Voltando para a realidade brasileira, das 250 empresas pesquisadas, apenas 35% dos postos de CEO são ocupados por mulheres. Na indústria, as mulheres ocupam 29% dos cargos de liderança e somente 14% das indústrias possuem áreas específicas dedicadas à promoção de igualdade de gênero no local de trabalho. "Isso tudo em uma realidade na qual as mulheres são mais qualificadas: outra pesquisa da FGV demonstra que, mesmo sendo maioria na população brasileira (segundo o último Censo, são 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens) e tendo mais anos de estudo e qualificação, ainda ocupamos pouco mais de um terço dos cargos gerenciais", finaliza Karinna Forlenza.

EDUCAÇÃO

Instituto lança livro sobre inovação

O Instituto Crescer - laboratório de criação e implementação de metodologias de impacto social para a educação e o fortalecimento de comunidades e pessoas - lançou "Crescer em Rede: inovação e tecnologia com propósito na Educação". A publicação colaborativa, uma iniciativa do Instituto com o patrocínio da SM Educação, reúne textos de 17 profissionais da Educação de diferentes partes do País, de instituições públicas e particulares e contém relatos de práticas educacionais com o uso de tecnologias digitais.

A organizadora dos artigos é a diretora técnica do Instituto Crescer, Luciana Allan, doutora em Educação pela USP, autora de outros seis livros e que carrega uma trajetória de mais de 20 anos liderando projetos nacionais e internacionais à frente da organização, da qual foi co-fundadora. "Espero que os leitores encontrem inspiração e orientação para criar experiências educacionais inovadoras e mais conectadas aos interesses dos estudantes, colaborando para que, em um futuro próximo, eles sejam capazes de ter e perseguir seus sonhos", sintetiza Luciana Allan.

Para a diretora, o livro não poderia ter um título mais apropriado. "Buscamos com essa publicação fazer uma curadoria de conteúdo para dar luz às práticas exitosas desses especialistas, que contribuíram para a formação e desenvolvimento de seus alunos e alunas por meio da utilização de tecnologias digitais disponíveis no ambiente escolar", complementa.

O livro "Crescer em Rede: inovação e tecnologia com propósito na Educação" está organizado em cinco grandes temas: tecnologias emergentes; personalização do ensino; aprendizado online; avaliação e feedback e competências socioemocionais. Essa divisão foi pensada para tornar a leitura mais dinâmica, interseccionando experiências educacionais sob diferentes pontos de vista, trazendo à tona não só os aspectos que levaram ao seu sucesso, mas também os obstáculos que os especialistas vivenciaram na implementação e ideias de como superá-los em futuras oportunidades.

Um diferencial dessa publicação em relação a outras coletâneas de artigos sobre Educação é a presença de imagens de registro que ilustram os casos reais de aplicação de atividades pedagógicas, assim como a descrição - passo a passo - da prática. O objetivo é contribuir e possibilitar que o educador que está lendo também se sinta encorajado a propor processos similares em suas próprias realidades de trabalho, tudo para superar aquele que talvez seja hoje o maior desafio dentro da sala de aula - seja ela virtual ou real: criar ambientes favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento humano.

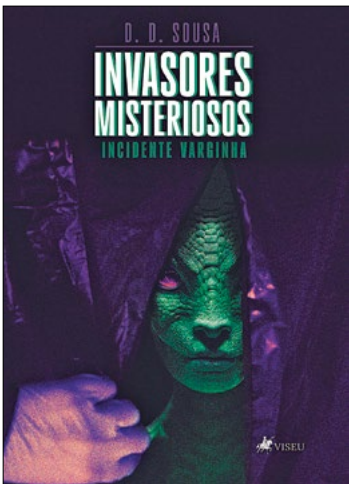
Responsável pelo prefácio do livro, Zilda Kessel, doutora em Educação pela PUC/SP e mestre em Ciência da Informação pela ECA/USP, explica que a coletânea de textos tem duas marcas fundamentais. "Uma delas é a diversidade: estamos diante de situações diversificadas no que tange segmento da escolaridade, número de alunos, contexto de aprendizagem (educação formal e não formal), grau de inovação e de maturidade das propostas. Algumas podem ser consideradas experiências iniciais, outras já passaram pelo crivo da reflexão conceitual e da ratificação acadêmica", diz.

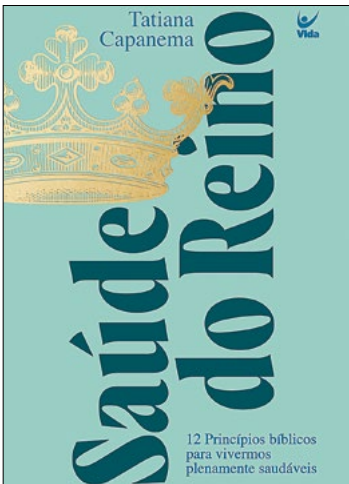
A outra marca, prossegue Zilda Kessel, que une todos os relatos, é a criatividade. "A inquietude que mobiliza o desejo de mudança e a busca pelo novo, capazes de criar envolvimento e significado para educadores e seus alunos. E é essa marca que atesta a potência dos educadores-autores: a leitura sensível do contexto em que atuam e a busca incessante por soluções inovadoras", acrescenta.

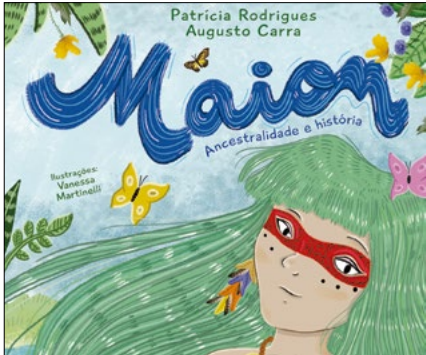
Como parceiro técnico de grandes empresas do país, o Instituto Crescer atua na formação docente, qualificação profissional e no desenvolvimento comunitário, estando o lançamento de mais essa obra alinhado com a visão de impacto e os objetivos estratégicos definidos pela organização. Somente em 2023, o Instituto impactou 136 mil pessoas direta ou indiretamente por meio de seus 14 projetos, que alcançaram 2,9 mil escolas, estando presentes em 1.936 municípios do Brasil em 27 Estados da federação.

LIVROS

Ficção baseada no caso de Varginha, Sul de Minas, aguça imaginário popular

Quase 30 anos depois, as supostas aparições extraterrestres em Varginha, interior de Minas Gerais, ainda borbulham no imaginário coletivo brasileiro. E a crença de que existem diferentes e mais evoluídos seres fora da Terra é um prato cheio para o roteirista Danilo Dias de Sousa. Ele, que assina como D. D. Sousa, lança "Incidente em Varginha", primeiro volume da série ficcional Invasores Misteriosos, com histórias baseadas nos principais acontecimentos ufológicos do País. Neste primeiro volume, a aventura é peça-chave do enredo que já inicia com a fazenda de uma família mineira invadida por um alienígena, e deixa o patriarca à beira da morte. O fato leva líderes políticos do País a montarem uma megaestrutura para gerenciar essa crise, mas tudo não passa de um grande esquema político. (Incidente em Varginha, Série Invasores Misteriosos, D. D. Sousa, Editora Viseu, 214 páginas, R$ 54,90 físico e R$ 9,90 *e-book*)

Como alinhar saúde do corpo, mente e espírito?

De acordo com a definição da OMS, saúde significa "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença". Neste sentido, a terapeuta com especialização e mestrado na área da saúde visual e educação especial, Tatiana Capanema, afirma que para viver com qualidade, disposição e alegria, é fundamental alinhar os três pilares da saúde integral: corpo, mente e espírito. Com um olhar atento a esta questão e o objetivo de auxiliar o público em uma jornada de busca pela longevidade, ela lança o livro "Saúde do Reino". Nesta obra, publicada pela Editora Vida, a autora *best-seller* elenca 12 princípios essenciais para alcançar uma vida verdadeiramente saudável. (Saúde do Reino, Tatiana Capanema, Editora Vida, 160 páginas, R$ 49,90)

Maion, a história de uma indígena pataxó

No livro "Maion - ancestralidade e história", Zabelê caminha às margens de um rio e se depara com uma bela sereia: Uiara, a protetora das águas doces. A figura mítica tupi-guarani zela pelas mulheres da família da menina desde que atendeu ao chamado de Iemanjá e conheceu a avó dela. É este encontro que desperta na criança a curiosidade sobre a ascendência materna. A obra infantojuvenil escrita pela historiadora Patrícia Rodrigues Augusto Carra narra a trajetória de uma garota que entra em contato pela primeira vez com as memórias familiares. Quem media esses conhecimentos - diretamente relacionados à resistência dos povos indígenas no Brasil - para Zabelê é a mãe Ana, bióloga que encontrou nas plantas um elo com os ancestrais. (Maion - ancestralidade e história, Patrícia Rodrigues Augusto Carra, Editora Histori-se, 28 páginas, R$ 59,18 físico)

Um reencontro com os sentidos no mundo automatizado

Qual foi a última vez que você teve tempo de descansar, afastar-se da internet, das tarefas impostas em uma agenda, e adentrar a profundidade de um subconsciente que não carrega o rótulo da "utilidade"? Em um mundo onde o ócio parece se aproximar do luxo, Patrícia Ytap desafia os leitores a praticarem um ato simples: parar e retomar o contato com a subjetividade intrínseca do ser humano. Em "A ferrugem do sorriso", a escritora reúne uma série de poemas surrealistas cujo intuito é distanciar o público da objetividade e ajudá-lo a imergir nas sensações. Diante de uma língua automatizada, ela brinca com as palavras, apresenta referências da cultura *pop*, destrói e reconstitui frases para construir novos sentidos. (A ferrugem do sorriso, Patrícia Ytap, Editora Toca, 119 páginas, R$ 45)

Vida e obra de Beethoven sob a ótica da filosofia

Em "Beethoven: Ode à Alegria", a professora Eloiza Limeira, especialista em filosofia clássica e oratória, mergulha nas complexidades da vida e obra do renomado compositor e pianista alemão Ludwig van Beethoven. Publicada pela Hanoi Editora, a obra oferece uma perspectiva única ao explorar não apenas a musicalidade, mas também os pensamentos e emoções que moldaram a personalidade desse gênio. Com uma linguagem didática, essa homenagem percorre desde as obras mais conhecidas até os desafios pessoais enfrentados por "Tio Beto", como carinhosamente a autora o denomina. A professora vai além da mera análise histórica ou biográfica, concentrando-se na autenticidade marcante de Beethoven para extrair lições filosóficas facilmente aplicáveis ao cotidiano. (Beethoven: Ode à Alegria, Eloiza Limeira, Hanoi Editora, 62 páginas, R$ 40,56)

PREVIDÊNCIA

Justiça libera R$ 2,4 bilhões para o INSS quitar ações

Montante será destinado às RPVs

RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

Aposentados e pensionistas derrotaram o INSS em ações de concessão e revisão previdenciária em milhares de processos

São Paulo - O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R$ 2,4 bilhões para pagar os atrasados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que derrotaram o instituto na Justiça em ações de concessão e revisão previdenciária.

Os valores vão quitar as requisições de Pequeno Valor (RPVs) de até 60 salários mínimos, o que dá R$ 84.720 neste ano, de 141,3 mil segurados que venceram 108,3 mil processos com a ordem de pagamento do juiz determinada no mês de abril.

No Sul do País, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que atende Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, fará uma força-tarefa para que o pagamento seja realizado aos beneficiários até a próxima sexta-feira (31).

A medida visa agilizar a liberação nos estados do Sul por conta das enchentes que fizeram com que os sistemas judiciários ficassem desligados por 18 dias. O funcionamento foi retomado na última terça-feira (21). Terá prioridade no recebimento segurados que ganharam ações envolvendo benefícios por incapacidade.

Nos demais órgãos da Justiça Federal, o pagamento segue o ritmo normal, e pode ocorrer em até duas semanas após o início do processamento, que é a etapa na qual se abrem contas na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil em nome dos segurados ou de seus advogados.

As RPVs são ações com valores de até 60 salários mínimos. Elas têm o pagamento feito de forma mais rápida, em até dois meses após a ordem do juiz, etapa chamada de autuação. Com isso, quando um cidadão tem o atrasado liberado em abril, por exemplo, o pagamento deve ser feito até junho, conforme diz a lei.

Além das ações previdenciárias, o CJF também liberou valores para o pagamento de outros processos, que envolvem, por exemplo, ações de servidores públicos contra a União por cobrança de verbas salariais. Ao todo, foram liberados R$ 2,8 bilhões para quitar dívidas do governo em 185,9 mil processos, com 230.098 beneficiários.

O dinheiro é pago mensalmente pelo governo federal ao Conselho da Justiça Federal, que destina os valores aos TRFs) de todo o País. Cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos.

Para saber quando irá receber, o segurado que tem uma ação contra a Previdência pode fazer a consulta no site do tribunal responsável pelo caso. A consulta é feita pelo CPF ou pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do advogado. É preciso que a RPV tenha sido liberada em uma data do mês de abril.

Força-tarefa - O TRF4 informou que será feita uma força-tarefa para pagar os beneficiários dos municípios do Sul após o desligamento de seus sistemas por 18 dias. O objetivo é quitar os valores até o dia 31 de maio. Durante o período, o tribunal atuou em regime de plantão extraordinário, que teve início no dia 6 de maio.

Foram distribuídos em plantão 206 processos e proferidas 227 decisões monocráticas, tomadas por um único juiz. Os temas mais recorrentes foram os previdenciários, com destaque para pedidos de medicamento, diz o tribunal.

Em orientação conjunta a advogados e membros do poder Judiciário, o TRF-4 informa que as RPVs de processos previdenciários de concessão de benefícios por incapacidade que foram ajuizados pelo rito de "tramitação ágil", novo sistema de informática que agiliza o andamento desses processos.

A ferramenta está sendo utilizada em processos que envolvem benefícios por incapacidade e reduziu em mais de 50% o tempo de tramitação, diz o tribunal.

A data de pagamento dos precatórios ou RPVs depende de quando o juiz mandou o INSS quitar a dívida e de quando ação chegou totalmente ao final. Precatórios liberados até 2 de abril de um ano são pagos no ano seguinte. RPVs são quitadas em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz.

> *Ao todo, foram liberados R$ 2,8 bilhões pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) para quitar as dívidas do governo federal referentes a 185,9 mil processos, com um total de 230.098 beneficiários*

No caso da RPV de abril, cujo dinheiro foi liberado em maio e o pagamento é feito até junho, é preciso que, na consulta, apareça um dia do mês de abril.

Ao fazer a consulta no do TRF, aparecerá a sigla RPV, para requisição de pequeno valor, ou PRC, para precatório. Em geral, o segurado já sabe se irá receber por RPV ou precatório antes mesmo do fim do processo, porque os cálculos são apresentados antes. Os precatórios são ações acima de 60 salários mínimos. Já as RPVs são processos até 60 salários mínimos. Os precatórios são pagos uma vez por ano e as RPVs, em até 60 dias após a ordem de pagamento do juiz, chamada de autuação. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

Pagamento da 2ª parcela do 13º é antecipado

Brasília - Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começaram a receber na sexta-feira (24) a segunda parcela do 13º salário. Até 7 de junho, mais de 33,6 milhões de segurados receberão o dinheiro, que será pago conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O pagamento da segunda parcela começa pelos segurados que ganham o salário mínimo. Quem recebe mais que o mínimo começa a receber em 3 de junho.

O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro está disponível desde abril. A consulta pode ser feita tanto pelo aplicativo Meu INSS, disponível para celulares e *tablets*, como pelo *site gov.br/meuinss*.

Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

O decreto com a antecipação do 13º salário foi assinado em março. Este é o quinto ano seguido em que os segurados do INSS recebem o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia da Covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho.

Segundo o Ministério da Previdência, o pagamento do 13º antecipa a injeção de R$ 67,6 bilhões na economia. Desse total, R$ 33,92 bilhões correspondem à segunda parcela, referente à competência de maio e que será paga entre o fim deste mês e o início de junho. O restante corresponde à primeira parcela, da competência de abril, paga no fim de abril e início de maio.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na segunda parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério da Previdência esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, não têm direito a 13º salário. **(ABr)**

AGENDA TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 09/04/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no *Site* do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112, "g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 27

ICMS - maio (11 a 23) - fabricante de refino de petróleo - Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, exceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de prazo de recolhimento diferenciado. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XII, "b".

ICMS - maio (11 a 23) - prestação de serviço de comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento - Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 30.000.000,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 300.000.000,00. **Nota:** Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 11 e 23 do mês de referência. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XIII, "b".

ICMS - maio (1º a 26) - indústrias de bebidas e fumos - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 26 do mês de referência.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 27 do mês da ocorrência do fato gerador, não havendo expediente bancário postergar para o primeiro dia útil seguinte. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "a".

Dia 28

DeSTDA - abril - Simples Nacional - A DeSTDA será transmitida mensalmente até o dia 28 do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração ou até o primeiro dia útil seguinte, quando o término do prazo se der em dia não útil, pelos contribuintes cujas operações ou prestações estiverem sujeitas aos regimes de substituição tributária, da antecipação do recolhimento do imposto e à incidência do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual. A DeSTDA também deverá ser transmitida à unidade da Federação onde o contribuinte mineiro estiver inscrito como substituto tributário. Programa Sedif-SN (Sistema Eletrônico de Documentos e Informações Fiscais do Simples Nacional), RICMS-MG/2023, anexo V, artigo 144, § 1º.

Dia 31

TFRM - abril - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.

ICMS - fevereiro - Simples Nacional/substituição tributária-Operações sujeitas ao regime de substituição tributária, nos termos do anexo VII, artigo 24, § 4º. Na hipótese de atribuição da responsabilidade por substituição tributária à ME ou EPP, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado. RICMS-MG/2023, anexo VII, artigo 24, § 4º.

CONTAS EXTERNAS

Saldo negativo em abril atinge US$ 2,5 bi

Piora do déficit na comparação interanual resulta da redução do superávit comercial, que recuou US$ 578 mi

Brasília - As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo em abril de 2024, chegando a US$ 2,516 bilhões, informou na sexta-feira (24) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, o déficit havia sido de US$ 247 milhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado da redução do superávit comercial, que teve queda US$ 578 milhões. Contribuindo para o resultado negativo nas transações correntes, os déficits em serviços e renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) aumentaram em US$ 844 milhões e US$ 1,1 bilhão, respectivamente. Já a renda secundária oscilou de déficit para superávit, com variação de US$ 249 milhões.

Em 12 meses encerrados em abril, o déficit em transações correntes foi US$ 35,271 bilhões, 1,57% do Produto Interno Bruto (PIB), ante o saldo negativo de US$ 33,002 bilhões (1,48% do PIB) no mês passado. Já em relação ao período equivalente terminado em abril de 2023 houve retração; na ocasião, o déficit em 12 meses somou US$ 50,646 bilhões (2,52% do PIB).

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março. Ele ressaltou que é um déficit externo baixo para os padrões da economia brasileira que está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que tem fluxos de boa qualidade. “Com isso, a gente tem as condições de financiamento da economia brasileira”, disse.

Os dados do Investimento Direto no País (IDP) no mês de abril somaram US$ 3,867 bilhões, com aumento de 26% em relação ao resultado de abril de 2023, que foi de US$ 3,059 bilhões.

No acumulado de janeiro a abril de 2024, o déficit nas transações correntes ficou em US$ 17,310 bilhões, contra saldo negativo de US$ 12,867 bilhões no primeiro quadrimestre de 2023.

Balança comercial - As exportações de bens totalizaram US$ 31,356 bilhões em abril, um aumento de 11,7% em relação aos R$ US$ 28,074 bilhões em igual mês de 2023. As importações somaram US$ 24,558 bilhões, também com elevação de 18,6% na comparação com abril do ano passado, quando chegaram a US$ 20,699 bilhões.

Sobre as importações, reduzindo o superávit comercial, Rocha explicou que o aumento na quantidade de bens importados puxou o crescimento, com destaque para os criptoativos, que são caracterizados como bens e contabilizados na balança comercial. Em abril, foram importados US$ 1,7 bilhão em criptomoedas, crescimento elevado em relação aos US$ 763 milhões registrados em abril de 2023.

Segundo o chefe de Estatísticas do BC, a popularização desses ativos explica a alta. “Embora criptoativos não sejam mais uma novidade, eu diria que ainda estão ganhando mercado”, disse. “Ao longo do tempo, as pessoas estão tendo maior conhecimento sobre como usar criptomoedas, sobre as transações que podem fazer, mais serviços que estão surgindo, mais formas de investimento”, acrescentou.

Com esses resultados, a balança comercial fechou com o superávit de US$ 6,798 bilhões no mês passado, ante saldo positivo de US$ 7,376 bilhões no mesmo período de 2023. “A soma de exportações e importações dá dimensão da abertura comercial brasileira. É a maior corrente de comércio registrada”, destacou Rocha. **(ABr)**

> *“Embora criptoativos não sejam mais uma novidade, eu diria que ainda estão ganhando mercado. As pessoas estão tendo maior conhecimento sobre como usar criptomoedas, sobre as transações”*

JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Fernando Rocha destaca o impacto do crescimento de 18,6% das importações brasileiras

Custo de serviços afeta transações correntes

Brasília - O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – do Brasil somou US$ 3,985 bilhões em abril, ante os US$ 3,142 bilhões em igual mês de 2023, crescimento de 26,9%. Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha, o déficit em serviços vem aumentando neste ano e, no mês passado, foi o principal responsável pelo aumento do déficit das transações correntes.

Ele acrescentou que a conta vem se diversificando; enquanto despesas com transporte e viagens internacionais tradicionalmente refletiam as tendências da conta, nos últimos meses rubricas associadas a serviços digitais, operações por plataformas e de pagamento de licenças de *softwares* têm ganhado importância, mesmo que em amplitude menor que transporte, por exemplo.

Na comparação interanual, a maior alta da conta foi no déficit em serviços de propriedade intelectual, que cresceram 175%, somando US$ 889 milhões.

As despesas líquidas com transportes cresceram 36,5%, somando US$ 1,4 bilhão. Já em aluguel de equipamentos, o déficit teve alta de 36,6%, para US$ 856 milhões. As duas rubricas estão associadas à dinâmica da atividade produtiva, investimentos e volume de importações.

No caso das viagens internacionais, em abril, o déficit na conta fechou com redução de 30,5%, chegando a US$ 544 milhões, resultado do aumento de 37,2% (para US$ 620 milhões) nas receitas (que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil) e redução de 5,8% nas despesas de brasileiros no exterior (para US$1,2 bilhão).

“É o maior valor em receitas para o mês de abril. E quando olhamos dados do Ministério do Turismo e da Embratur vemos isso ratificado”, disse Rocha, explicando que o crescimento das receitas maior que as despesa explica a redução do déficit da rubrica. **(ABr)**

Perda de renda primária soma US$ 5,48 bi

Brasília - Em abril de 2024, o déficit em renda primária - lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários – do País chegou a US$ 5,482 bilhões, aumento de 25% ante os US$ 4,387 bilhões no mesmo mês de 2023. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do País – do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas com juros passaram de US$ 1,159 bilhão em abril de 2023 para US$ 1,778 bilhão no mês passado, aumento de 53,4%. No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos direto e em carteira, houve déficit de US$ 3,732 bilhões em abril, frente aos US$ 3,244 bilhões de déficit observado no mesmo mês de 2023.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US$ 154 milhões no mês passado, contra déficit US$ 95 milhões em abril de 2023.

Como citado anteriormente, os ingressos líquidos em investimentos diretos no País (IDP) subiram na comparação interanual. O IDP somou US$ 3,867 bilhões em abril passado, ante US$ 3,059 bilhões em abril de 2023, resultado total dos ingressos líquidos em participação no capital. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US$ 67,338 bilhões (3,01% do PIB) em abril de 2024, ante US$ 66,530 bilhões (2,98% do PIB) no mês anterior e US$ 67,399 bilhões (3,36% do PIB) no período encerrado em abril de 2023.

Quando o País registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. A previsão do Banco Central (BC) é que os investimentos diretos no País cheguem a US$ 70 bilhões em 2024, segundo o último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve saída líquida de US$ 6,675 bilhões em abril de 2024, composta por despesas líquidas de US$ 6,055 bilhões em títulos da dívida e de US$ 620 milhões em ações e fundos de investimento. Nos 12 meses encerrados em abril último, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US$ 1,4 bilhão.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, explicou que é característica dessa conta ter ingressos e saídas se alternando, com fluxos mais voláteis, diferente dos investimentos diretos, que são mais estáveis. “Em abril, houve, pontualmente, a saída mais forte do ano (até agora)”, disse.

O estoque de reservas internacionais atingiu US$ 351,599 bilhões em abril de 2024, recuo de US$ 3,409 bilhões em comparação ao mês anterior. **(ABr)**

SUSTENTABILIDADE

Parâmetros para nova emissão de títulos públicos são definidos

Brasília - O governo divulgou na sexta-feira (24) relatório estabelecendo os parâmetros para uma segunda emissão de títulos públicos sustentáveis pela União, ainda sem data definida. Como foi estabelecido na primeira emissão do tipo para o Brasil, em novembro de 2023, quando o País levantou US$ 2 bilhões, o relatório informa que 50% a 60% dos recursos da próxima emissão serão associados a despesas ambientais e o restante, a despesas sociais.

“A composição mencionada é indicativa e pode variar dependendo do valor final captado através do título público soberano”, disse o Tesouro em nota, frisando que o limite inferior para as despesas ambientais deve ser considerado como um piso.

Na última quinta-feira (23), o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que a primeira emissão sustentável do País foi bem-sucedida, atendendo ao objetivo de balizar o lançamento de títulos pelo setor privado, e ressaltou que o órgão se preparava para realizar uma nova emissão neste ano.

No relatório publicado na sexta-feira (24), o Tesouro afirmou que o País vivencia uma situação excepcional no Rio Grande do Sul, com “graves impactos ambientais e sociais decorrentes das enchentes que acometeram o estado”.

O órgão disse que o governo está implementando medidas para mitigar os efeitos do desastre, mas ponderou que ainda não há informações suficientes para vincular as despesas decorrentes dessas medidas aos títulos sustentáveis.

“Elas não integraram a seleção indicativa das categorias de despesas elegíveis deste relatório. Mais à frente, se elas se mostrarem aderentes ao referido arcabouço, poderão vir a ser reportados na alocação de recursos levantados pelos títulos sustentáveis”, disse.

Entre as ações selecionadas para direcionamento dos recursos obtidos com a emissão, estão iniciativas relacionadas a energia renovável, transporte limpo, adaptação a mudanças climáticas, combate à pobreza e acesso à infraestrutura básica.

O Tesouro destacou que o primeiro relatório para detalhar a alocação e o impacto das emissões dos títulos sustentáveis será publicado no segundo semestre deste ano. **(Reuters)**

CENÁRIO

Perspectiva de inflação preocupa o BC

Brasília - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse na sexta-feira (24) que as expectativas de inflação têm sido uma má notícia para a autoridade monetária, ressaltando que dados recentes também indicam uma piora na percepção de risco relacionado ao Brasil.

“Em termos de expectativas para a inflação, aqui tem sido uma notícia bastante ruim para o Banco Central”, disse em palestra no X Seminário Anual de Política Monetária, promovido pela Fundação Getulio Vargas.

Campos Neto afirmou que o cenário fiscal, o ambiente externo e a credibilidade do BC podem explicar essa desancoragem das expectativas, citando ainda uma possível piora na percepção sobre o Brasil.

“Mais recentemente, a gente viu que as curvas longas (de juros) norte-americanas voltaram e a taxa terminal até voltou um pouco, mas o Brasil não melhorou quase nada. Então parece que nesse movimento a gente ficou um pouco na contramão do mundo emergente, o que sugere que se adicionou prêmio (de risco) específico de Brasil na curva”, afirmou.

O mais recente boletim Focus do BC mostra que o mercado está vendo uma inflação de 3,74% em 2025, projeção que piorou nas últimas semanas. A meta de inflação é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Na apresentação, o presidente do BC disse ainda que a inflação à frente poderá ser pressionada para cima como resultado do aumento de preços dos alimentos causado pelas enchentes no Rio Grande do Sul e outros fatores.

“Uma coisa que chamou atenção mais recentemente, conversando com analistas, é que quem tem a inflação mais baixa para 2024 e 2025 tem um preço de alimentação relativamente comportado”, disse.

“Se você começa a pensar que por causa do Rio Grande do Sul e por causa das coisas que estão acontecendo o preço de alimento será um pouco mais alto, aí de fato você tem um número que pode ser um pouco maior”, acrescentou.

Campos Neto apontou ainda que o custo de reconstrução do Estado após as enchentes ainda é incerto, destacando que o BC acompanhará o tema para avaliar se poderá haver algum impacto sobre a atuação da política monetária.

Ao citar a flexibilização da meta fiscal de 2025 pelo governo, ele afirmou que houve uma piora na percepção do mercado para as contas públicas, e ressaltou que o tema pode afetar a política monetária a depender do impacto sobre variáveis macroeconômicas analisadas pelo BC no combate à inflação.

Campos Neto também disse que “ficou muito importante” observar o que acontece com a inflação de serviços, diante da demonstração de força do mercado de trabalho. Para ele, “parece que, na ponta, tem alguma pressão” de componentes de trabalho sobre os preços do setor, mas algo incipiente. **(Reuters)**

O risco da sujeição do presidente do Banco Central ao presidente da República

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS *

O Banco Central decidiu, por cinco votos a quatro, reduzir os juros Selic na base de 0,25 ponto, e não 0,50 como queriam quatro daqueles membros do Copom ligados ao presidente Lula.

Quero trazer aos leitores uma explicação muito simples do controle da inflação. O mundo inteiro e todos os economistas de todos os países sabem que se controla a inflação, fundamentalmente, através de política monetária, isto é, com utilização dos juros, e através de contas públicas em controle, não geradora de déficits que, sendo bem administrada, permite o equilíbrio da multiplicada política financeira e da política monetária.

À evidência, a fórmula que Galbraith considerada ideal e criada por Fisher, no início do século passado, reside na equação. O nível dos preços será estável se a velocidade da circulação da moeda por sua quantidade, divididas pelo volume das transações permanecerem estáveis.

O ex-ministro Paulo Guedes, que Roberto Campos, o avô, considerava um dos melhores economistas brasileiros, segundo o que me disse, controlou as contas públicas com tranquilidade. Naquele período chegamos a ter um superávit nas contas públicas, de 50 e poucos bilhões de reais, ou seja, um sal do no ano de 2022 de 0,2% do PIB.

O presidente Lula gasta de uma forma absurda, incoerente, incorreta e, de acordo com A Folha de S. Paulo, aventureira (13/05/2024 – Editorial – pág. 2). Todos os economistas, que escrevem nos jornais mais importantes de São Paulo, têm criticado essa capacidade aleatória, sem definições e sem planejamento, de gastos do presidente da República. Não sou eu quem digo. São economistas de jornais do porte do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo.

Não houve política orçamentária, porque, ao contrário do superávit dos 51 bilhões no último ano de Bolsonaro, tivemos um déficit no primeiro ano do governo Lula no montante de 270 e poucos bilhões de reais, não por conta dos precatórios, que foram apenas de 90 bilhões de reais. Temos, pois, no país, somente política monetária para combater a inflação.

Reconheço que o ministro Fernando Haddad tem se esforçado para controlar as finanças. Foi um erro, entretanto, eliminar o teto de gastos, que proibia que o governo gastasse se não tivesse dinheiro. Mesmo assim, ele tentou um arcabouço fiscal para conciliar a capacidade de gastar sem definição de receitas por parte do presidente Lula e a necessidade de lutar pelo equilíbrio das contas públicas. Nisso foi até desautorizado pelo presidente da República. E, hoje, o arcabouço deságua por todos os lados.

Mas o certo é que nós não temos política fiscal. O presidente continua gastando. As previsões de um déficit zero para 2025 já estão praticamente esgarçadas. E só resta a política monetária que, se por um lado tem que ser mais dura pela falta de controle que as finanças públicas enfrentam, por outro lado, os problemas de, nos Estados Unidos, os juros estarem sendo mantidos na base de 5,5%, em dólares, o que vale dizer, na prática, isto representa que há uma tendência universal de ao invés de se aplicar dinheiro no Brasil, aplicar-se dinheiro lá fora. À falta de recursos, portanto, de fora e dos gastos que superam sua capacidade de arrecadação, o Brasil vai se endividando. Por isso, temos crescido, mês após mês, no governo Lula, em endividamento público.

Essa é a razão pela qual cinco dos membros do Copom entenderam que não era o momento de se reduzirem os juros, visto que o governo só conta com a política do Banco Central para controlar a inflação, já que não há um controle de gastos. Os economistas têm, pois, grande receio de que as contas públicas continuarão a despencar.

O que preocupa - é isso que gostaria de trazer aos leitores - é que para os cinco dirigentes do Copom que votaram pelo 0,25, com moderação na redução, em face desses elementos preocupantes, tiveram quatro votos contrários, daqueles que foram indicados pelo presidente Lula. O que vale dizer: a expectativa de gasto por parte do governo que levaria uma redução menor, não foi compreendida pelos membros indicados pelo presidente da República.

Ressalto que no fim deste ano teremos um novo presidente do Banco Central. Possivelmente, será um desses quatro que queriam uma redução maior de juros para diminuir a força da política monetária, apesar de não ter força nenhuma na política orçamentária.

Isso causa perplexidade, e não sem razão estamos vendo a popularidade do presidente Lula cair. A preocupação de analistas brasileiros e do exterior é de que corremos o risco de não ter condições de melhorar nosso desenvolvimento, mas mais do que isso, infelizmente devemos piorar.

Se vier um presidente que resolva não dar a independência que o Banco Central deveria ter em relação ao Poder Executivo para garantir uma política monetária, na falta de política orçamentária, e se tivermos um presidente do Banco Central submetido ao presidente da República, não adotando o comportamento dos bancos centrais de todo o mundo - como ocorre, por exemplo, com o presidente do Banco Central do Sistema da Reserva Federal americana que age para controlar a inflação -, corremos o risco de não termos nem política financeira, nem política monetária quando o Banco Central perder Roberto Campos Neto. Poderá transformar-se, pois, apenas em um agregado do Poder Executivo, seguindo o que pretende o presidente da República. E corremos o risco de não ter, para combater a inflação, nem política orçamentária e financeira de contas públicas, nem política monetária.

É essa grande preocupação que fiquei após ver que por apenas 5 a 4 pôde o Banco Central reduzir em 0,25% e não 0,50%, como queriam os indicados do presidente Lula, em uma sinalização de que a política monetária para o presidente da República e para os seus indicados poderá não ser um instrumento de redução inflacionária.

DIVULGAÇÃO / ANDREIA TARELOW

À evidência, a fórmula que Galbraith considerada ideal e criada por Fisher, no início do século passado, reside na equação. O nível dos preços será estável se a velocidade da circulação da moeda por sua quantidade, divididas pelo volume das transações permanecerem estáveis

* Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região

Indicadores Econômicos

Dólar

		24/05/2024	23/05/2024	22/05/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,1670	R$ 5,1530	R$ 5,1560
	VENDA	R$ 5,1670	R$ 5,1530	R$ 5,1560
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,1502	R$ 5,1437	R$ 5,1496
	VENDA	R$ 5,1508	R$ 5,1443	R$ 5,1502
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,1850	R$ 5,1730	R$ 5,1690
	VENDA	R$ 5,3650	R$ 5,3530	R$ 5,3490

Fonte: BC

Ouro

	24/05/2024	23/05/2024	22/05/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.334,20	US$ 2.328,55	US$ 2.378,48
BM&F-SP (g)	R$ 386,65	R$ 387,91	R$ 396,12

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75

Reservas Internacionais

23/05.. US$ 355.060 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	-0,60%	-3,04%
IPC-Fipe	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	-0,26%	-2,32%
INPC-IBGE	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	3,14%	5,85%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39
UPC (R$)	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7368	0,7508
COLON/COSTA RICA	35	0,3508	0,3533
COLON/EL SALVADOR	40	0,01	0,01003
COROA DINAMARQUESA	55	0,7489	0,7491
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03724	0,03733
COROA NORUEGUESA	65	0,4872	0,4873
COROA SUECA	70	0,4832	0,4834
COROA TCHECA	75	0,2265	0,2266
DINAR ARGELINO	90	0,07519	0,07555
DINAR/KWAIT	95	0,03809	0,03848
DINAR/BAHREIN	100	16,765	16,7833
DINAR/IRAQUE	115	0,003929	0,003935
DINAR/JORDANIA	125	7,2538	7,2751
DINAR SERVIO	133	0,0477	0,04775
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,402	1,4026
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,4125	3,414
DOLAR/BAHAMAS	155	5,1502	5,1508
DOLAR/BERMUDAS	160	5,1502	5,1508
DOLAR CANADENSE	165	3,7678	3,7693
DOLAR DA GUIANA	170	0,02447	0,02477
DOLAR CAYMAN	190	6,1679	6,2434
DOLAR CINGAPURA	195	3,8144	3,8171
DOLAR HONG KONG	205	0,6592	0,6593
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7545	0,7631
DOLAR DOS EUA	220	5,1502	5,1508
FORINT/HUNGRIA	345	0,01454	0,01455
FRANCO SUICO	425	5,6311	5,6342
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0006844	0,0006848
IENE	470	0,03282	0,03283
LIBRA/EGITO	535	0,1091	0,1094
LIBRA ESTERLINA	540	6,5629	6,5652
LIBRA/LIBANO	560	0,0000575	0,0000576
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0003961	0,0003962
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1598	0,1599
LIRA TURCA	642	0,1598	0,1599
NOVO SOL/PERU	660	1,3799	1,3807
PESO ARGENTINO	665	0,06194	0,06199
PESO CHILE	715	0,005703	0,00571
PESO/COLOMBIA	720	0,001322	0,001325
PESO/CUBA	725	0,2146	0,2146
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0871	0,08769
PESO/FILIPINAS	735	0,08849	0,08853
PESO/MEXICO	741	0,3085	0,3088
PESO/URUGUAIO	745	0,1337	0,1339
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6621	0,6639
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002445	0,00246
RENMIMBI IUAN	795	0,7109	0,7112
RENMINBI HONG KONG	796	0,7092	0,7093
RIAL/CATAR	800	1,4126	1,4135
RIAL/OMA	805	13,3771	13,3857
RIAL/IEMEN	810	0,02056	0,02061
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001226	0,0001226
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3731	1,3734
RINGGIT/MALASIA	828	1,0928	1,0936
RUBLO/RUSSIA	830	0,05762	0,05763
RUPIA/INDIA	860	0,06198	0,06203
RUPIA/INDONESIA	865	0,000322	0,0003221
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3323	0,334
SHEKEL/ISRAEL	880	1,4063	1,4075
WON COREIA SUL	930	0,00377	0,003772
ZLOTY/POLONIA	975	1,313	1,3136
EURO	978	5,5875	5,5902

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,2798	0,2798

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

07/05	0,01363496	3,04333913
08/05	0,01363550	3,04346125
09/05	0,01363605	3,04358294
10/05	0,01363659	3,04370406
11/05	0,01363674	3,04373786
12/05	0,01363674	3,04373786
13/05	0,01363674	3,04373786
14/05	0,01363713	3,04382412
15/05	0,01363766	3,04394351
16/05	0,01363821	3,04406580
17/05	0,01363860	3,04415260
18/05	0,01363867	3,04416878
19/05	0,01363867	3,04416878
20/05	0,01363867	3,04416878
21/05	0,01363892	3,04422403
22/05	0,01363933	3,04431475
23/05	0,01363972	3,04440243
24/05	0,01364013	3,04449330
25/05	0,01364019	3,04450740
26/05	0,01364019	3,04450740
27/05	0,01364019	3,04450740

Fonte: Fenaseg

TBF

09/05 a 09/06	0,7540
10/05 a 10/06	0,7191
11/05 a 11/06	0,7244
12/05 a 12/06	0,7608
13/05 a 13/06	0,7971
14/05 a 14/06	0,7991
15/05 a 15/06	0,7951
16/05 a 16/06	0,7648
17/05 a 17/06	0,7288
18/05 a 18/06	0,7285
19/05 a 19/06	0,7651
20/05 a 20/06	0,8017
21/05 a 21/06	0,8028
22/05 a 22/06	0,8010

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Abril	0,9768
IGP-M (FGV)	
Abril	0,9696

TR/Poupança

16/04 a 16/05	0,0844	0,5848
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364
20/04 a 20/05	0,0101	0,5102
21/04 a 21/05	0,0363	0,5365
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629
23/04 a 23/05	0,0605	0,5608
24/04 a 24/05	0,0627	0,5630
25/04 a 25/05	0,0621	0,5624
26/04 a 26/05	0,0365	0,5367
27/04 a 27/05	0,0088	0,5088
28/04 a 28/05	0,0350	0,5352
01/05 a 01/06	0,0870	0,5874
02/05 a 02/06	0,0870	0,5874
03/05 a 03/06	0,0521	0,5524
04/05 a 04/06	0,0487	0,5489
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643

Agenda Federal

sage

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.05.2024. Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de abril/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota do Imposto de Renda devido no 1º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de abril/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018). Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de abril/2024 (art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de abril/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de abril/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018): a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600; b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de abril/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015. Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de abril/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 1º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003. Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009. Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015. Nota: A Resolução CC/FGTS nº 788/2015, a Circular Caixa nº 697/2015 e a Portaria Conjunta PGFN/MTPS nº 1/2015 estabelecem normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, inclusive das contribuições da Lei Complementar nº 110/2001, no âmbito do Profut. GRF/GRDE/Darf, conforme o caso (2 vias)

VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

VIVER EM VOZ ALTA

A eleição do poeta Ricardo Aleixo para a AML

DIVULGAÇÃO / GLAUCIA RODRIGUES

ROGÉRIO FARIA TAVARES*

Fundada por Machado Sobrinho, tendo por patrono Lucindo Filho, a cadeira de número 31 da Academia Mineira de Letras já teve como ocupantes Salles Oliveira, Manoel Casassanta, Waldemar Pequeno, Luís Carlos de Portilho e Rui Mourão. Seu novo titular - eleito, na sessão de 20 de maio, com trinta e um votos dos trinta e três votantes - é um dos mais importantes criadores brasileiros da atualidade. Mineiro de Belo Horizonte, Ricardo Aleixo se destaca tanto pela contundência e a originalidade de sua voz poética quanto pelo vigor de sua escrita e a perícia em realizar inteligentes conexões entre distintas formas de expressão artística, como o canto, a dança e a performance. Autor de mais de vinte livros, é respeitado no Brasil e no exterior. Doutor por notório saber pela Universidade Federal de Minas Gerais, é professor visitante da Universidade Federal da Bahia. A partir do segundo semestre, será pesquisador visitante da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos, onde residirá com a mulher, a pesquisadora Natália Alves da Silva.

Para quem quer conhecer melhor a produção poética de Ricardo Aleixo, uma boa estratégia é começar por "Pesado demais para a ventania – antologia poética" (Todavia, 195 páginas), volume que reúne textos extraídos dos diversos livros de poemas por ele lançados ao longo de vinte e cinco anos. Na nota com que apresenta o livro, Ricardo relata: "(...) escolhi para constar desta Antologia os poemas que se estruturam a partir de algumas das linhas que, tanto no plano técnico-formal quanto em termos de opções (obsessões?) temáticas, se entrecruzam na maior parte do que resulta das minhas tentativas de compor poesia. O desastre que é a experiência brasileira, do ponto de vista dos descendentes de africanos e dos pobres em geral, faz de boa parte desses poemas, a um só tempo, testemunhos e exercícios de resistência ativa, de celebração da vida-não fascista e do poema como um estado do pensamento e possível respiração".

> *Para quem quer conhecer melhor a produção poética de Ricardo Aleixo, uma boa estratégia é começar por "Pesado demais para a ventania - antologia poética", volume que reúne textos extraídos dos diversos livros de poemas por ele lançados*

Na prosa (sempre poética), destaco dois livros que podem ser chamados de 'memórias' e que envolvem os leitores desde a primeira página: "Campo Alegre" (Conceito Editorial, 156 páginas), da excelente coleção "BH. A cidade de cada um", concebida por José Eduardo Gonçalves e Sílvia Rubião, e "Sonhei com o anjo da guarda o resto da noite" (Todavia, 158 páginas). Deste, transcrevo passagem marcante e, sobretudo, reveladora do futuro do autor: "Poesia era o meu negócio. Minha ideia fixa. Minha comida. Eu lia três ou quatro livros ao mesmo tempo. Em voz alta, se não tivesse ninguém por perto. Augusto. Pound. Maiakóvski. Leminski. Ginsberg. Cabral. Torquato. Sebastião Nunes, que me incluiu na lista do pessoal para quem enviava seus livros na base do 'pague o quanto quiser, ou não pague nada'. Com meu inglês de ginásio, meu espanhol de orelhada, meu alemão de anedota. No ônibus. Oswald. Drummond. Goethe. Safo. No fundo da casa. No meu quarto. Rimbaud. Baudelaire. Murilo. No campinho, antes de levar a bolada, enquanto esperava a vez do meu time voltar a jogar, eu escrevia um ou dois poemas por dia. Quatro, quando me sentia bem-disposto. Cópias descaradas, plágios, exercícios 'à maneira de'. Mais do que qualquer outra coisa, eu lia. E relia. E treslia. Os livros como que colados ao meu rosto, por causa da alta miopia e da nunca suficientemente amaldiçoada cegueira. Dylan – o Thomas, não o cantor (que eu ainda não considerava um poeta). Arnaut. Pessoa. Sabia que a oportunidade bateria à minha porta, que era só uma questão de tempo."

**Jornalista. Doutor em Literatura. Presidente Emérito da Academia Mineira de Letras*

Jornalista do DIÁRIO DO COMÉRCIO no +Admirados

IRIS AGUIAR*

DIÁRIO DO COMÉRCIO / CRISTINA MORENO

A jornalista Michelle Valverde, que atua há quase 15 anos na cobertura especializada do agronegócio em Minas Gerais no DIÁRIO DO COMÉRCIO, está na lista nacional dos 30 jornalistas mais admirados na cobertura do setor. O reconhecimento acontece na 4ª edição do prêmio "Os +Admirados da Imprensa do Agronegócio", promovido pelo Jornalistas&Cia e Portal dos Jornalistas.

"Ficar entre os 30 profissionais +Admirados da Imprensa do Agronegócio, em 2024, é uma grande honra. Acredito muito que o reconhecimento é resultado de um trabalho coletivo que envolve todos os meus colegas. Escrever sobre o agronegócio, principalmente, em Minas Gerais é enriquecedor. É sempre uma nova oportunidade de conhecer cadeias novas, produtos diferenciados, práticas inovadoras, produtores resilientes e fontes que sempre me ensinam algo diferente. Além disso, fico muito feliz em levar informações relevantes para os leitores do DIÁRIO DO COMÉRCIO", comemora Michelle Valverde.

Ao todo, 82 repórteres de todo o Brasil participaram da competição nessa categoria, que divulgou o Top 30 + Admirados do Agro nesta sexta-feira (24).

Foi mais uma edição marcada por uma expressiva participação de eleitores em seus dois turnos de votação. A eleição dos +Admirados da Imprensa do Agronegócio traz, além dos 30 profissionais, as 25 publicações que serão homenageados em sua edição de 2024, a quarta de sua história. Foi um ano marcado também por uma intensa renovação, com mais de 30% dos eleitos sendo homenageados pela primeira vez. Entre os jornalistas, 12 nomes figuram pela primeira vez entre os Top 30 e entre eles, está Michelle Valverde, do DIÁRIO DO COMÉRCIO.

A cerimônia de premiação está marcada para o dia 12 de agosto, no Hotel Renaissance, em São Paulo. No evento, serão conhecidos, ainda, os cinco jornalistas mais votados e os primeiros colocados nas categorias para veículos.

Mais reconhecimento - Em edições passadas, o DIÁRIO DO COMÉRCIO também foi finalista no prêmio +Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças. A jornalista Mara Bianchetti foi eleita entre os Top 10 jornalistas da premiação em 2023, alcançando a 7ª posição, e entre os Top 50 em 2021 e 2022. Ela também integra a equipe do jornal há quase 15 anos.

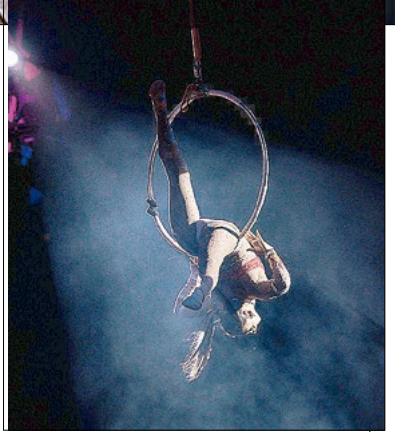
**Em estágio, sob supervisão da edição*

Disney Magic Show no Cirque Amar

DIVULGAÇÃO / ENZO RIBEIRO

O Cirque Amar, que armou sua tenda em Belo Horizonte e está fazendo sucesso, apresenta uma programação pra lá de especial para toda a família neste fim de semana (hoje e domingo). É o Disney Magic Show, numa parceria inédita com o circo. É um grande encontro da família Madrigal, Moana, Toy Story, Rei Leão, Frozen 2, a Bela e a Fera e a Turma do Mickey com o espetáculo do Cirque Amar. A programação está com preços especiais e crianças até 12 anos pagam R$ 12.

O Cirque, diretamente da França, desembarcou na Capital no início de abril, trazendo toda a tradição e magia de seis gerações da Família Stevanovich, uma das mais proeminentes no mundo circense. O circo está armado na Via Expressa (rua Antônio Batista Júnior, 150, Marginal da Via Expressa), próximo à Arena MRV. Os espetáculos acontecem regularmente de segunda a sexta-feira, sempre às 20:30h, e nos finais de semana e feriados em três horários: 16h, 18h e 20:30h. Este final de semana é a magia da Disney que vai encantar o público juntamente com as variedades de atrações desde números tradicionais como trapézios e palhaços ao surpreendente Globo da Morte.

Os ingressos, com preços variando a partir de R$35,00 podem ser adquiridos sem taxa de conveniência nas bilheterias físicas do circo, abertas diariamente das 10h às 21h, ou através do site cirqueamar.com.br. Com capacidade para 2.500 pessoas por sessão em diferentes setores e totalmente climatizado com ar-condicionado, o espaço oferece conforto máximo ao público.

Além da grandiosidade física, o Cirque Amar destaca-se pela qualidade de suas apresentações. Com tecnologia avançada de estrutura temporária, iluminação e som de alta qualidade, o circo oferece uma experiência imersiva que emociona, impressiona e alegra todas as idades. São números exclusivos apresentados por artistas de diversas partes do mundo, como Mongólia, França, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Chile, Uruguai e Brasil, com 39 artistas em cena e mais de 100 funcionários que fazem acontecer a grandiosidade do espetáculo.

A trilha sonora do evento é comandada pela Banda Amar, que proporciona, ao vivo, uma experiência completa e envolvente para o público. Com mais de 180 mil espectadores na última temporada e uma forte presença nas redes sociais, o Cirque Amar já é um sucesso em Belo Horizonte e região.